2012
abril

Síntese da Execução Orçamental

Ministério das Finanças

Direcção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental
Publicação mensal
Elaborado com Informação disponível até 20 de abril

Direcção-Geral do Orçamento
Telefone: 21 884 63 00
Fax: 21 882 49 62
Endereço Internet: http://www.dgo.pt
Endereço *email*: dgo@dgo.pt

Índice

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS **3**

SÍNTESE GLOBAL 3

SUBSETOR ESTADO **6**

SÍNTESE 6

RECEITA 7

DESPESA 12

SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS **16**

SÍNTESE 16

SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (EXCLUINDO EPR) **17**

RECEITA 18

DESPESA 18

ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR) **19**

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE **21**

SÍNTESE 21

RECEITA 22

DESPESA 22

SEGURANÇA SOCIAL **23**

SÍNTESE 23

RECEITA 25

DESPESA 25

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL **26**

SÍNTESE 26

RECEITA 27

DESPESA 27

ADMINISTRAÇÃO LOCAL **29**

SÍNTESE 29

RECEITA 29

DESPESA 30

ANEXOS - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

SÍNTESE GLOBAL

- O saldo de caixa relevante para os objectivos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) situou-se em -450 milhões de euros até março, valor significativamente inferior ao limite estabelecido no PAEF para o I trimestre.

- No primeiro trimestre o saldo da Administração Central e da Segurança Social, situou-se em –483 milhões de euros. Considerando o universo comparável (excluindo as EPR), o saldo da conta conjunta da Administração Central e Segurança Social situar-se-ia em -414,5 milhões de euros, o que compara com 558,4 milhões de euros no período homólogo de 2011.

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011 € Milhões

	Universos comparáveis - Adm. Central e Segurança Social (sem EPR)					Execução do Universo real (com EPR)	
	março 2012			Jan - março 2012		Jan - março 2012	
	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de execução mensal (%)	Execução acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Execução acumulada	Grau de execução acumulado (%)
Receita corrente	**3.865,0**	**-7,5**	**6,2**	**14.141,7**	**-0,6**	**14.638,0**	**22,7**
Impostos diretos	1.009,2	1,9	7,0	2.836,8	-5,4	2.836,8	19,8
Impostos indiretos	1.095,5	-13,8	4,9	5.093,2	-5,8	5.262,6	22,9
Contribuições de Segurança Social	1.330,5	-2,9	7,5	4.284,5	-0,8	4.284,5	24,1
Outras receitas correntes	429,8	-21,3	5,5	1.927,1	28,0	2.254,1	24,0
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	5,6	149,6	6,6	12,4	56,4	12,4	15,0
Receita de capital	**176,2**	**-19,6**	**9,6**	**374,2**	**-42,0**	**386,2**	**18,0**
Venda de Bens de Investimento	0,3	-97,0	0,2	0,6	-96,8	2,9	1,7
Transferências de capital	114,0	-34,6	7,7	207,7	-53,5	214,7	12,3
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	-89,9	0,2	1,5	-46,8	1,5	7,1
Receita efetiva	**4.041,1**	**-8,1**	**6,3**	**14.515,9**	**-2,4**	**15.024,2**	**22,5**
Despesa corrente	**4.725,1**	**3,0**	**7,1**	**14.033,2**	**2,7**	**14.524,6**	**21,0**
Consumo público	1.720,1	-4,6	7,6	4.868,8	-4,7	5.261,6	21,6
Despesas com o pessoal	922,3	-0,8	7,9	2.723,7	-4,0	2.888,0	23,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	797,8	-8,6	7,3	2.145,1	-5,5	2.373,5	19,8
Subsídios	89,4	-54,5	5,8	226,0	-33,6	232,1	14,8
Juros e outros encargos	200,9	383,7	2,5	623,6	221,5	744,1	8,1
Transferências correntes	2.714,8	6,6	7,9	8.314,8	3,6	8.286,8	24,4
(das quais: transferências para outros subsetores das AP)	130,9	-17,2	5,3	474,2	-4,0	442,9	22,6
Despesa de capital	**180,4**	**-10,5**	**5,0**	**897,2**	**37,4**	**982,3**	**19,6**
Investimento	53,4	19,4	5,5	81,4	0,3	515,7	18,7
Transferências de capital	120,4	-21,8	4,6	803,0	41,7	451,2	20,3
(das quais: transferências para outros subsetores das AP)	78,1	-3,2	4,4	659,2	84,9	307,4	22,6
Outras despesas de capital	6,6	127,3	22,7	12,8	162,4	15,4	53,1
Despesa efetiva	**4.905,5**	**2,5**	**7,0**	**14.930,4**	**4,3**	**15.506,9**	**0,0**
Saldo global	**-864,4**			**-414,5**		**-482,7**	
Por memória:							
Saldo primário	-663,6			209,1		261,4	

Fonte: Ministério das Finanças

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsetor dos serviços e fundos autónomos. Em 2012, individualiza-se a informação das EPR e exclui-se estas entidades em coluna própria, por forma a obter universos comparáveis.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

- Existe um conjunto de situações que contribuem para a diferença entre os resultados dos I trimestres de 2011 e de 2012. Assim, em 2011, o montante de juros pagos no I trimestre foi muito inferior ao verificado em 2012. De facto, o saldo primário de 2012 situou-se em 209 milhões euros (752 milhões de euros em 2011).
- Em 2012, é também de referir a transferência de capital para a RTP para a amortização de dívida no montante 348 milhões de euros, o pagamento das pensões resultantes da transferência do fundo de pensões dos bancos que ascendeu, no I trimestre, a 130 milhões de euros e por último, o recebimento de 272 milhões de euros resultantes da concessão de licenças de 4G.
- A afectar a conta do I trimestre de 2011 está a receita excepcional de IRC em janeiro desse ano e o registo de receita de capital na Caixa Geral de Aposentações devido à transmissão do fundo de pensões da PT em cerca de 300 milhões de euros.
- Considerando os valores dos saldos primários de 2011 e 2012 corrigidos dos efeitos mencionados anteriormente, os valores comparáveis situam-se em 452[1] milhões de euros e 415 milhões de euros respectivamente. Refira-se, ainda que no Orçamento de Estado para 2012 é previsto um conjunto de medidas do lado da receita e do lado da despesa cujos efeitos só serão integralmente visíveis a partir do final do I semestre.

- O valor provisório do défice do Estado no I trimestre de 2012 situou-se em 1 637 milhões de euros, que compara com um défice de 892 milhões de euros em igual período do ano anterior. As principais determinantes desta evolução são:

  - A receita efetiva registou um decréscimo de 4,4% determinado pelo comportamento da receita fiscal, cuja variação homóloga (-5,8%) foi justificada pelos fatores já referidos, dos quais se destaca o facto de a receita cobrada no primeiro trimestre do ano não refletir, ainda, integralmente o efeito das medidas contempladas na Lei do Orçamento do Estado para 2012;
  - A despesa efetiva cresceu 3,5%, tendo a despesa primária decrescido 0,7%. A evolução da despesa foi influenciada pela transferência de cerca de 348 milhões de euros para a RTP - Rádio e Televisão de Portugal, S.A., destinada à regularização de dívidas desta entidade. Excluindo este facto[2], a despesa efetiva e efetiva primária registariam uma taxa de variação homóloga de 0% e -4,3%, respetivamente.

- O subsetor dos Serviços e Fundos Autónomos registou um excedente de 876 milhões de euros. Excluindo as EPR, o saldo situa-se nos 944 milhões de euros explicado essencialmente pela diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços pelo SNS e das transferências de capital para entidades fora das AP. O saldo global das EPR ascendeu a -68 milhões euros, sendo sobretudo justificado pela cobertura de despesa de investimento e de encargos financeiros através de passivos financeiros, designadamente pela REFER, EP e Estradas de Portugal.

- O saldo global da execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde situou-se em -74 milhões de euros, representando uma deterioração de 81 milhões de euros face a março de 2011. Este resultado reflete uma redução da receita mais expressiva do que a ocorrida na despesa, tendo o decréscimo das transferências do Orçamento do Estado sido mais acentuado do que a diminuição da despesa com subcontratos.

[1] Não exclui o efeito extraordinário do IRC.
[2] Que, para além de revestir natureza extraordinária, foi integralmente executada nos dois primeiros meses do ano.

- O saldo global do subsector da Segurança Social registou um excedente de 278 milhões de euros, inferior em 301 milhões de euros relativamente a igual período do ano precedente. Para este resultado contribuiu o aumento da despesa com prestações sociais – sobretudo pensões e subsídios de desemprego e apoios ao emprego -, em paralelo com o decréscimo da receita de contribuições. Com a apresentação da alteração ao Orçamento de Estado para 2012, passou-se a prever uma evolução mais moderada das contribuições e um aumento das prestações sociais, acomodando uma evolução menos favorável do saldo deste subsector.

Receita, Despesa e Saldo Global da Administração Central e Segurança Social - 2012 / 2011 **€ Milhões**

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012	Receita	Despesa
Administração Central									
Estado	janeiro-março	9.004	8.610	9.896	10.247	-892	-1.637	-4,4	3,5
Serviços e Fundos Autónomos sem EPR	janeiro-março	5.700	5.622	4.829	4.678	871	944	-1,4	-3,1
EPR	janeiro-março		889		957		-68		
Segurança Social	janeiro-março	5.744	5.806	5.164	5.528	580	278	1,1	7,1

- Os subsectores da Administração Regional e Local apresentaram, até final do I trimestre de 2012 saldos globais positivos de 19 milhões de euros[3].

Receita, Despesa e Saldo Global da Administração Regional e Local - 2012 / 2011 **€ Milhões**

	Período	Receita		Despesa		Saldo		VH(%)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012	Receita	Despesa
Administração Regional	janeiro-março	436	418	424	399	12	19	-4,1	-6,1
Administração Local	janeiro-março	1.036	982	1.015	963	21	19	-5,2	-5,2

Nota: Valores na ótica de caixa (Contabilidade Pública), não consolidados.

Fonte: Ministério das Finanças

[3] Os valores apresentados não incluem a execução orçamental das empresas reclassificadas da Região Autónoma da Madeira; o universo do subsector da Administração Local inclui 234 municípios.

SÍNTESE

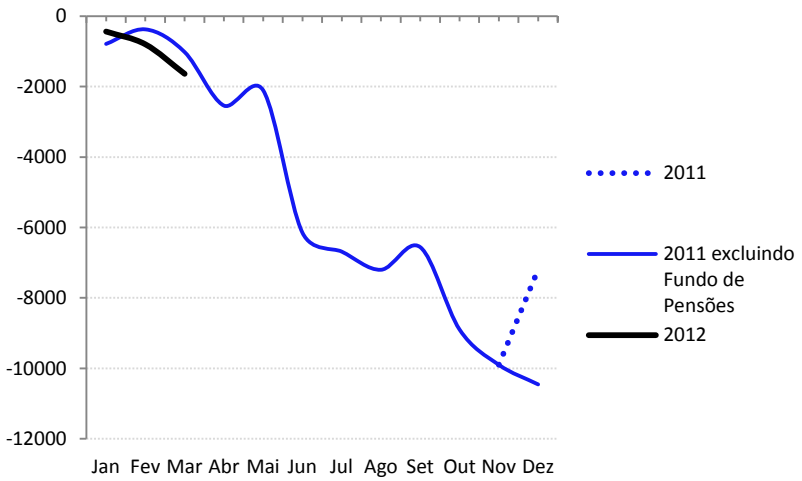
Execução Orçamental do Estado (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita corrente	**8.805,9**	**8.407,1**	**22,8**	**21,6**	**-4,5**	**-4,4**
Receitas fiscais	8.122,5	7.649,5	23,6	21,6	-5,8	-5,3
Outras receitas correntes	683,4	757,6	16,1	21,2	10,9	0,8
Receita de capital	**198,2**	**202,9**	**15,7**	**53,5**	**2,4**	**0,1**
Receita efetiva	**9.004,1**	**8.610,0**	**22,6**	**21,9**	**-4,4**	
Despesa corrente	**9.368,3**	**9.441,2**	**20,1**	**21,6**	**0,8**	**0,7**
Despesa corrente primária	9.177,4	8.827,4	22,8	24,7	-3,8	-3,5
Juros e outros encargos	190,9	613,8	3,0	7,7	221,5	4,3
Despesa de capital	**528,0**	**805,8**	**15,2**	**31,4**	**52,6**	**2,8**
Investimento	41,4	30,4	6,1	6,4	-26,5	-0,1
Transferências de capital	483,8	771,6	17,4	37,0	59,5	2,9
Outras despesas de capital	2,8	3,8	15,8	38,4	37,7	0,0
Despesa efetiva	**9.896,4**	**10.247,0**	**19,7**	**22,1**	**3,5**	
Despesa primária	**9.705,4**	**9.633,2**	**22,2**	**25,2**	**-0,7**	
Saldo global	**-892,3**	**-1.637,0**				
Saldo corrente	-562,4	-1.034,1				
Saldo de capital	-329,8	-602,9				
Saldo primário	-701,3	-1.023,2				

Fonte: Ministério das Finanças

- A redução da receita efetiva face ao I trimestre de 2011 é justificada essencialmente pela receita fiscal, que contribuiu em 5,3 p.p. para a taxa de variação homóloga acumulada observada.
- A despesa efetiva do Estado registou um acréscimo de 3,5%, enquanto a despesa primária se reduziu em 0,7%.
- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2011 e 2012, individualizando o efeito, em 2011, da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões do sector bancário de 3,3 mil milhões de euros.

Gráfico 1 - Saldo Global (milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- **A receita fiscal** acumulada do mês março de 2012 registou um decréscimo de 5,8% relativamente a igual período do ano anterior. Esta variação é ligeiramente mais acentuada do que a variação homóloga acumulada em fevereiro, mas representa uma melhoria face à variação da receita em janeiro (por memória, -7,9% face ao período homólogo de 2011).

- O decréscimo da receita fiscal acumulada de 5,8% em março de 2012 reflete, por um lado, a variação negativa de 5,4% dos impostos diretos, o que representa uma melhoria de 3,6 p.p. face à variação homóloga acumulada de fevereiro de 2011 (por memória -9%) e, por outro, um decréscimo de 6,1% dos impostos indiretos (2,7 p.p. inferior à variação homologa acumulada de fevereiro de 2012). Retirando o efeito das receitas atípicas, nomeadamente em sede de IRC, ocorridas em janeiro de 2011, em resultado da antecipação generalizada da distribuição de dividendos em Dezembro de 2010, a receita acumulada dos impostos diretos seria superior em 0,4% face à receita do período homólogo de 2011[4] e a receita fiscal acumulada registaria um decréscimo de cerca de 3,8% face ao mesmo período.

[4] Evolução que resulta da antecipação generalizada da distribuição de dividendos em Dezembro de 2010.

Execução Orçamental da Receita do Estado (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita fiscal	**8.122,5**	**7.649,5**	**23,6**	**21,6**	**-5,8**	**-5,3**
Impostos diretos	2.997,9	2.836,8	20,5	19,8	-5,4	-1,8
- IRS	2.411,9	2.441,1	23,1	25,6	1,2	0,3
- IRC	536,4	388,5	12,8	8,2	-27,6	-1,6
- Outros	49,6	7,2	442,9	14,4	-85,5	-0,5
Impostos indiretos	5.124,6	4.812,7	25,9	22,9	-6,1	-3,5
- ISP	573,6	533,7	24,0	23,4	-7,0	-0,4
- IVA	3.627,2	3.509,4	27,3	23,8	-3,2	-1,3
- Imposto sobre veículos	192,8	101,3	24,4	13,6	-47,5	-1,0
- Imposto consumo tabaco	244,8	199,1	18,1	14,4	-18,7	-0,5
- IABA	37,2	37,8	19,2	17,9	1,6	0,0
- Imposto de Selo	393,5	370,1	25,9	26,4	-5,9	-0,3
- Imposto Único de Circulação	43,5	47,2	27,2	26,5	8,5	0,0
- Outros	12,0	14,1	15,7	23,9	17,5	0,0
Receita não fiscal	**881,6**	**960,5**	**16,0**	**24,3**	**8,9**	**0,9**
Receita efetiva	**9.004,1**	**8.610,0**	**22,6**	**21,9**	**-4,4**	

Fonte: Ministério das Finanças

- Os principais fatores que determinaram a variação homóloga dos impostos diretos são:

  Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se uma variação positiva face ao período homólogo de 1,2%. Este acréscimo resulta de: (i) aumento de 1,2% da receita bruta, (ii) decréscimo de 3,2% (0,5 milhões de euros) nos reembolsos face ao mesmo período no ano transato (*vide* tabela de reembolsos). No mês de março, a receita mensal de IRS cresceu 4,8% face ao mesmo mês do ano de 2011, tendo contribuído para esta melhoria a revisão das taxas liberatórias aplicáveis aos rendimentos de capitais e o efeito parcial da atualização das tabelas de retenção na fonte[5]. Este é o segundo mês consecutivo em que a receita líquida mensal de IRS apresenta um acréscimo.

  No entanto, a receita de IRS no I trimestre ainda não reflete integralmente os efeitos resultantes da atualização das tabelas de retenções na fonte para 2012. Estes efeitos só serão integralmente registados na receita do mês de abril

  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma variação homóloga negativa de 27,6%, o que representa uma recuperação de 18,6 p.p. face à variação homóloga de fevereiro de 2012 (por memória -46,2%). Retirando o efeito referente à antecipação da distribuição de dividendos anteriormente referida, a receita líquida de IRC registaria uma taxa de variação homóloga negativa de cerca de 4,4%.

[5] As tabelas de retenção na fonte para 2012 não se aplicaram aos rendimentos de trabalho dependente e pensões pagos ou colocados à disposição antes da data de entrada em vigor do Despacho n.º 2075-A/2012, de 10 de fevereiro, que aprovou as referidas tabelas, nem aos rendimentos processados antes daquela data e cujo pagamento tenha ocorrido posteriormente.

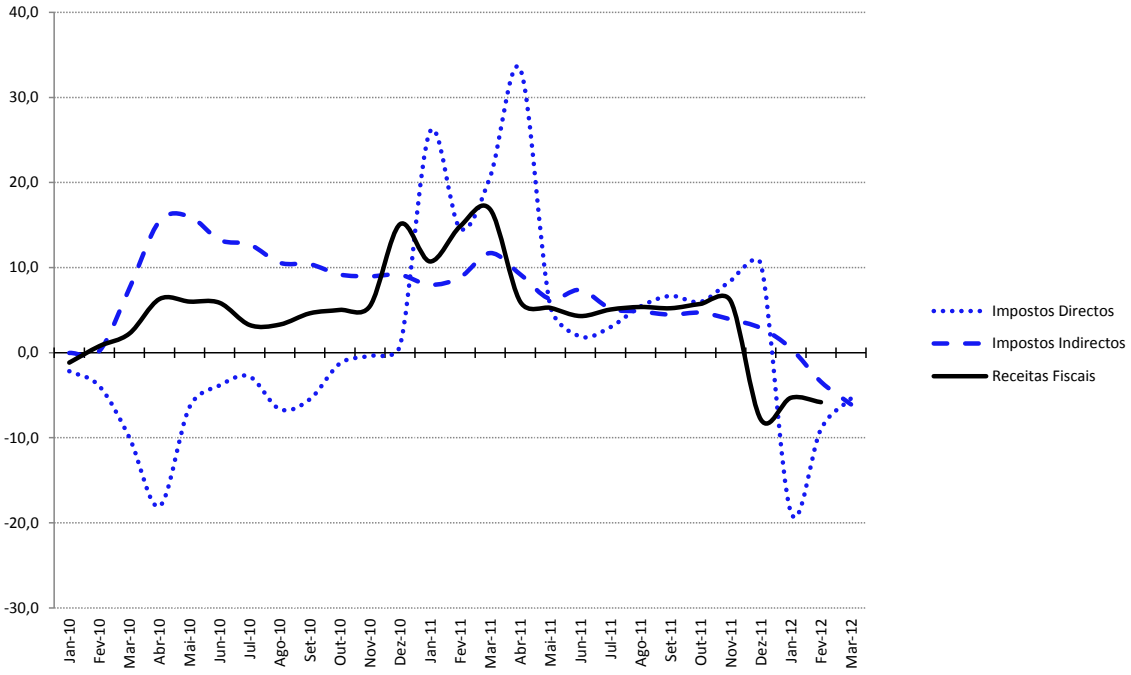
Esta variação resulta de: (i) diminuição de 17,4% da receita bruta, (ii) e de um aumento de 74,6% nos reembolsos face ao período homólogo (vide tabela de reembolsos).

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos indiretos são:

  - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se um decréscimo de 3,2%, explica-se por: (i) um decréscimo de 1,9% na receita bruta, (ii) e um aumento de 2,4% nos reembolsos face ao período homólogo (vide tabela de reembolsos).

    De notar que a receita de IVA não reflete ainda os efeitos integrais resultantes da reestruturação das taxas introduzida no Orçamento de Estado para 2012. Estes efeitos só serão integralmente registados na receita de IVA do mês de maio.
  - Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma variação homóloga negativa de 6,9%, em linha com a variação acumulada do mês anterior, resultante da contração do consumo verificada, em particular nas gasolinas e gasóleos.
  - Imposto do Selo (IS) - a receita regista uma variação homóloga de -5,9% resultante do decréscimo de operações financeiras, o que representa uma melhoria de 0,7 p.p. face à variação homóloga de fevereiro de 2012.
  - Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida regista uma diminuição de 18,7% face ao período homólogo, associada a redução do consumo.
  - Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita acumulada regista uma variação homóloga negativa de 47,5% que se deve à forte à forte contração na venda de veículos.

Gráfico 2 - Evolução da receita fiscal – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

- Em março de 2012, os reembolsos registaram um aumento de 5,7% face ao período homólogo de 2011.

Reembolsos (janeiro a março)

	Milhões de euros		VH (%)
	2011	2012	
Impostos Directos	**77,0**	**118,3**	**53,6**
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	14,8	14,4	-3,2
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	59,4	103,7	74,6
Outros	2,8	0,2	-93,7
Impostos Indirectos	**1.128,3**	**1.155,8**	**2,4**
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	27,1	25,2	-7,1
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	1.097,0	1.122,9	2,4
Imposto sobre Veículos ISV)	0,6	4,3	n.a.
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	2,0	1,9	-1,3
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,0	0,2	n.a.
Imposto do selo (IS)	1,5	1,3	-10,4
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	n.a.
Outros	0,1	0,0	-96,7
Total de reembolsos	**1.205,3**	**1.274,1**	**5,7**

- Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos reembolsos são:
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se um decréscimo de 3,2% face ao mesmo período no ano transato.
  - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se um aumento de 74,6% nos reembolsos face ao mesmo período no ano transato. Este aumento é explicado essencialmente pelo pagamento em 2012 de reembolsos referentes ao período de 2009 a 2010 no valor total de 57 milhões de euros.
  - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se uma variação acumulada positiva de 2,4% face ao período homólogo de 2011. Os reembolsos de IVA aos sujeitos passivos voltaram a crescer 7,6% no mês de março de 2012 face a março de 2011, seguindo a tendência registada em fevereiro de 2012 (crescimento de 8,3%, face a fevereiro de 2011).

- A **receita não fiscal** apresenta um crescimento de 8,9 % alicerçado no comportamento das "Comparticipações para a ADSE", Transferências correntes e de capital e "Saldos da gerência anterior".

Execução Orçamental da Receita Não Fiscal (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp.)
	Milhões de euros		Grau de Execução (%)			
Receita fiscal	**8.122,5**	**7.649,5**	**23,6**	**21,6**	**-5,8**	**-5,3**
Receita não fiscal	**881,6**	**960,5**	**16,0**	**24,3**	**8,9**	**0,9**
Corrente	683,4	757,6	16,1	21,2	10,9	0,8
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	95,2	127,1	16,3	24,0	33,5	0,4
Taxas, multas e outras penalidades	162,5	169,9	22,9	25,2	4,6	0,1
Rendimentos da propriedade	1,6	1,4	0,4	0,3	-12,5	0,0
Transferências correntes	165,8	205,6	10,2	21,4	24,0	0,4
Venda de bens e serviços correntes	106,3	108,2	26,6	26,6	1,8	0,0
Outras receitas correntes	63,4	65,9	22,2	21,7	3,9	0,0
Recursos próprios comunitários	41,9	40,1	23,7	23,6	-4,3	0,0
Reposições não abatidas nos pagamentos	46,7	39,4	64,0	56,2	-15,6	-0,1
Capital	198,2	202,9	15,7	53,5	2,4	0,1
Venda de bens de investimento	5,6	-0,6	1,4	-	-	-
Transferências de capital	19,3	40,7	14,6	37,2	110,9	0,2
Outras receitas de capital	40,1	2,3	7,5	56,1	-94,3	-0,4
Saldos da gerência anterior	133,2	160,5	68,4	94,7	20,5	0,3
Receita efetiva	**9.004,1**	**8.610,0**	**22,6**	**21,9**	**-4,4**	

Fonte: Ministério das Finanças

- O crescimento da cobrança das "Comparticipações para a ADSE", embora bastante inferior ao dos meses anteriores, está ainda fortemente influenciado pela publicação, em janeiro de 2011, do despacho que determinou o novo procedimento para a entrega das contribuições para a ADSE.

- Nas "Transferência correntes", destacam-se: (i) as provenientes dos serviços e fundos autónomos (88,3 milhões de euros), das quais 64 milhões de euros do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, I.P. (IGFIJ), destinadas ao financiamento de despesas realizadas pelos serviços da administração direta ligados à Justiça; (ii) da Segurança Social (78,2 milhões de euros), com especial relevância para as relativas a financiamento comunitário de projetos cofinanciados (59,8 milhões de euros); e (iii) as provenientes do exterior (24,2 milhões de euros), que incluem a devolução da União Europeia relativa à contribuição financeira portuguesa para o orçamento comunitário (14,0 milhões de euros, em janeiro).

- Na cobrança dos "Saldos da gerência anterior" destaca-se em março a entrega de 54,1 milhões de euros pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP (IFAP).

- Assinala-se ainda, apesar de não constar do conceito de receita efetiva aqui empregue, a receita de 160 milhões de euros de "Ativos financeiros" relativa à 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

DESPESA

- A despesa efetiva do Estado cresceu 3,5% face ao período homólogo enquanto que a despesa primária registou uma redução de 0,7%, resultados que comparam com as taxas de variação observadas até fevereiro, de +3,5% e -0,3%, respetivamente.

Execução Orçamental da Despesa do Estado (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Despesa corrente	**9.368,3**	**9.441,2**	**20,1**	**21,6**	**0,8**	**0,7**
Despesas com o pessoal	2.215,0	2.083,5	21,2	24,6	-5,9	-1,3
Aquisição de bens e serviços	297,0	253,7	14,3	14,3	-14,6	-0,4
Juros e outros encargos	190,9	613,8	3,0	7,7	221,5	4,3
Transferências correntes	6.484,9	6.335,0	24,5	26,1	-2,3	-1,5
Subsídios	53,5	0,5	8,7	0,2	-99,1	-0,5
Outras despesas correntes	127,0	154,7	17,8	17,6	21,8	0,3
Despesa de capital	**528,0**	**805,8**	**15,2**	**31,4**	**52,6**	**2,8**
Investimento	41,4	30,4	6,1	6,4	-26,5	-0,1
Transferências de capital	483,8	771,6	17,4	37,0	59,5	2,9
Outras despesas de capital	2,8	3,8	15,8	38,4	37,7	0,0
Despesa primária	**9.705,4**	**9.633,2**	**22,2**	**25,2**	**-0,7**	
Despesa efetiva	**9.896,4**	**10.247,0**	**19,7**	**22,1**	**3,5**	

Fonte: Ministério das Finanças

- De referir que a despesa corrente primária se situou a um nível inferior ao correspondente valor de 2009 (por memória, 9,3 mil milhões de euros).

- Os principais fatores que contribuíram para o comportamento da despesa no primeiro trimestre de 2012 são os seguintes:

  - O acréscimo das transferências de capital, decorrente do efeito conjugado da:
    - Transferência de 348,3 milhões de euros para a RTP, para a amortização de passivos financeiros desta entidade; e
    - Regularização de responsabilidades financeiras relativa a concessões rodoviárias (21,2 milhões de euros).
  - O aumento da despesa com juros e outros encargos (+221,5%), que se deveu, fundamentalmente, à conjugação dos efeitos, que refletem uma alteração do padrão intra-anual dos juros de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro:
    - Da emissão, em 2011, de uma nova linha de Obrigações de Tesouro (OT 6.4 FEV2016), com pagamento de cupão anual em fevereiro e cujo encargo em 2012 ascendeu a 225 milhões de euros[6], efeito que será compensado pela redução dos juros de OT a pagar em abril e junho; e

[6] De referir que, em anos precedentes, não existia nenhuma série de Obrigações do Tesouro com pagamento de juros em fevereiro.

- Do aumento significativo dos encargos com juros de Bilhetes do Tesouro no primeiro trimestre do ano (cerca de 190 milhões), efeito que se prevê que venha a ser compensado na segunda metade de 2012, em virtude da extensão dos prazos de emissão destes títulos.

- O incremento das transferências para a Segurança Social em 3,8%, justificado pelo financiamento do regime de segurança social substitutivo dos bancários[7], no âmbito da transmissão para o Estado da titularidade do património dos respetivos fundos de pensões[8]; por sua vez, as transferências do Orçamento do Estado ao abrigo da Lei de Bases da Segurança Social reduziram-se em 3,9%, refletindo a concretização das medidas implícitas ao Plano de Assistência Económica e Financeira.
- O crescimento das "outras despesas correntes", refletindo o maior número de projetos dos estabelecimentos de ensino não superior financiados no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano, com financiamento do Fundo Social Europeu.

- No sentido da redução da despesa, são de referir os seguintes fatores:

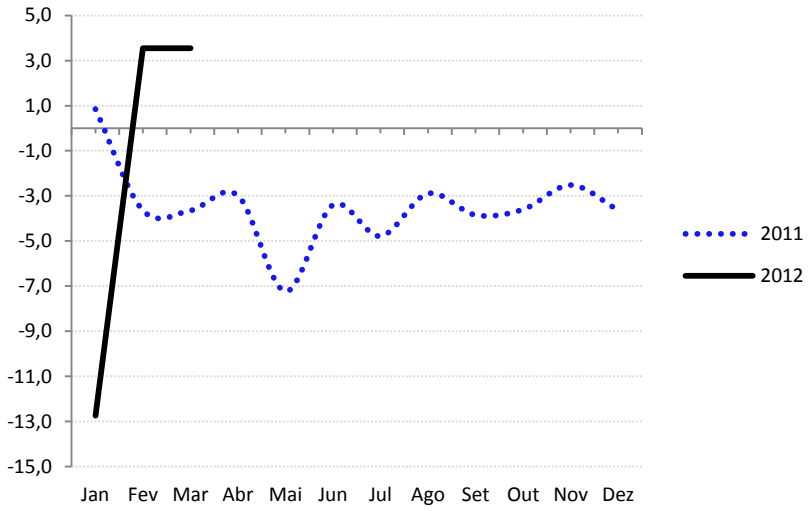
  - A diminuição das transferências correntes destinadas:
    - Ao financiamento do Serviço Nacional de Saúde (-9,6%), traduzindo as medidas de contenção previstas;
    - Ao financiamento pelo Orçamento do Estado das instituições de Ensino Superior e de Ação Social do Ensino Superior (-17,6%), sendo que, em 2012, algumas entidades relevantes passaram a integrar a administração central[9];
    - À Administração Local (-5,6%), no âmbito da respetiva lei de finanças, cujas verbas orçamentadas para 2012 foram objeto de redução, visando concretizar o compromisso definido no MoU[10] de assegurar o contributo deste subsector para o processo de consolidação orçamental; e
  - A redução da despesa com pessoal, para a qual contribuiu, em maior medida, o comportamento da despesa com remunerações certas e permanentes (-4,5%) e os encargos com saúde (-52,3%).
    - O decréscimo da despesa com remunerações certas e permanentes apresenta maior expressão no Ministério da Educação e Ciência, traduzindo a redução de efetivos das escolas de ensino não superior.
    - Relativamente aos encargos com saúde, está sobretudo em causa o efeito-base de 2011, quando as despesas com saúde suportadas pela ADSE foram parcialmente cobertas por receitas gerais enquanto em 2012 se encontram a ser totalmente financiadas pelas contribuições para este subsistema de saúde. De referir ainda que, em 2012, a totalidade da

[7] Os encargos desta natureza ascenderam a 130,5 milhões de euros até fevereiro.
[8] Na parte afeta à satisfação da responsabilidade com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro.
[9] Em 2011, a Universidade do Porto, universidade de Aveiro e ISCTE, eram fundações (ou seja, entidades não integradas na administração central) e em 2012 passam a ser consideradas serviços e fundos autónomos, o que justifica o decréscimo das "outras transferências correntes".
[10] Memorando de entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

despesa contabilizada na rubrica de "outros serviços de saúde" do agrupamento económico de "aquisição de bens e serviços".

- A diminuição da despesa com subsídios, justificada pela reduzida execução dos encargos com a bonificação à aquisição de habitação própria. De referir que parte do decréscimo da despesa com subsídios resulta da integração no perímetro da administração central de entidades públicas reclassificadas, cujas dotações destinadas à compensação pela prestação de serviço público passaram a ser classificadas em transferências quando, em 2011, eram contabilizadas como subsídios ao setor empresarial do Estado.
- O decréscimo da despesa com a aquisição de bens e serviços é explicado pela redução das despesas de saúde a cargo da ADSE. Esta rubrica de despesa observa uma redução mais acentuada[11] do que a prevista para o conjunto do ano, pelo efeito base de 2011, dado que no início desse ano ocorreu a regularização de dívidas em atraso a prestadores convencionados deste subsistema, gerados nos últimos meses de 2010.

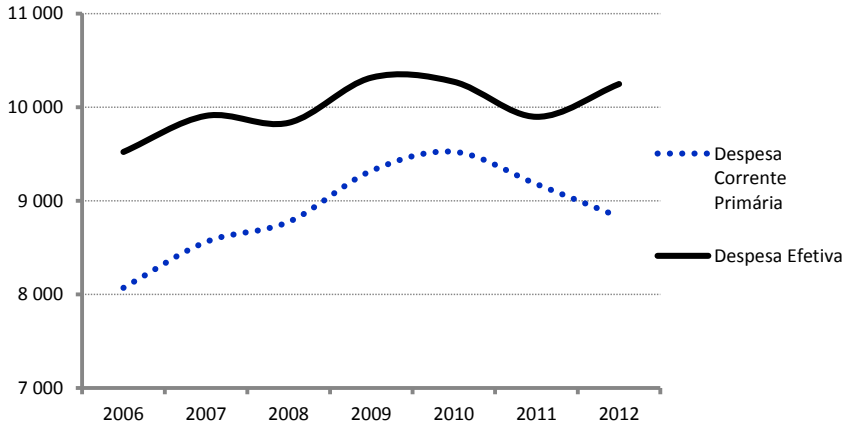
Gráfico 3 - Despesa Efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

[11] A variação homóloga observada é de -29,5%, considerando exclusivamente a parte que, em 2011, foi contabilizada em "aquisição de bens e serviços correntes", ou -44,1% tendo em linha de conta a globalidade da despesa deste subsistema público de saúde - em 2011 a ADSE executava despesa em aquisição de bens e serviços e encargos com a saúde, sendo que em 2012 toda a despesa assume a natureza de aquisição de bens e serviços.

Gráfico 4 - Despesa efetiva – janeiro a março 2006 - 2012
(milhões de euros)



Fonte: Ministério das Finanças

SÍNTESE

Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a março)

	2011	2012			2011	2012			VH (%)	
	SFA	SFA	EPR	Total	SFA	SFA	EPR	Total	SFA	SFA
	Milhões de euros				Grau de Execução (%)				VH (%)	Contrib. VH (pp.)
Receita corrente	**5.156,8**	**5.373,9**	**527,6**	**5.880,5**	**21,6**	**25,1**	**19,6**	**24,5**	**4,2**	**3,8**
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	833,0	851,4	0,0	851,4	20,1	24,5	-	24,5	2,2	0,3
Transferências correntes	3.760,1	3.637,1	153,8	3.761,2	22,8	24,2	20,2	23,9	-3,3	-2,2
Outras receitas correntes	563,7	885,4	373,8	1.267,9	17,6	30,8	19,4	26,4	57,1	5,6
Receita de capital	**542,9**	**247,9**	**361,2**	**606,7**	**27,6**	**7,5**	**49,7**	**25,3**	**-54,3**	**-5,2**
Receita Efectiva	**5.699,7**	**5.621,9**	**888,7**	**6.487,2**	**22,1**	**22,8**	**26,0**	**24,6**	**-1,4**	**-1,4**
Despesa corrente	**4.617,9**	**4.517,5**	**522,7**	**5.019,1**	**19,6**	**21,8**	**17,6**	**21,3**	**-2,2**	**-2,1**
Despesas com o pessoal	551,9	578,1	164,3	742,5	17,2	22,2	24,2	22,6	4,7	0,5
Aquisição de bens e serviços	1.810,7	1.667,9	142,7	1.810,7	21,3	22,2	16,9	21,6	-7,9	-3,0
Transferências correntes	2.142,2	2.179,2	3,3	2.182,5	19,4	22,4	11,9	22,6	1,7	0,8
Outras despesas correntes	113,0	92,2	212,3	283,5	13,3	11,2	14,9	12,6	-18,4	-0,4
Despesas de capital	**210,8**	**160,1**	**434,2**	**591,9**	**10,7**	**13,3**	**24,5**	**20,1**	**-24,1**	**-1,1**
Investimento	37,2	49,0	434,2	483,2	4,9	10,6	24,5	21,6	31,9	0,2
Transferências de capital	171,6	106,3	0,0	104,7	14,5	15,0	6,0	15,2	-38,1	-1,4
Outras despesas de capital	2,0	4,8	0,0	4,0	6,8	16,9	-	13,7	136,3	0,1
Despesa Efectiva	**4.828,7**	**4.677,6**	**956,9**	**5.611,1**	**18,9**	**21,4**	**20,2**	**21,1**	**-3,1**	**-3,1**
Saldo global	**871,0**	**944,2**	**-68,1**	**876,1**						
Saldo corrente	538,9	856,4	4,9	861,3						
Saldo de capital	332,0	87,8	-73,0	14,8						
Saldo primário	873,4	953,3	52,3	1.005,7						

Nota: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsector.
Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

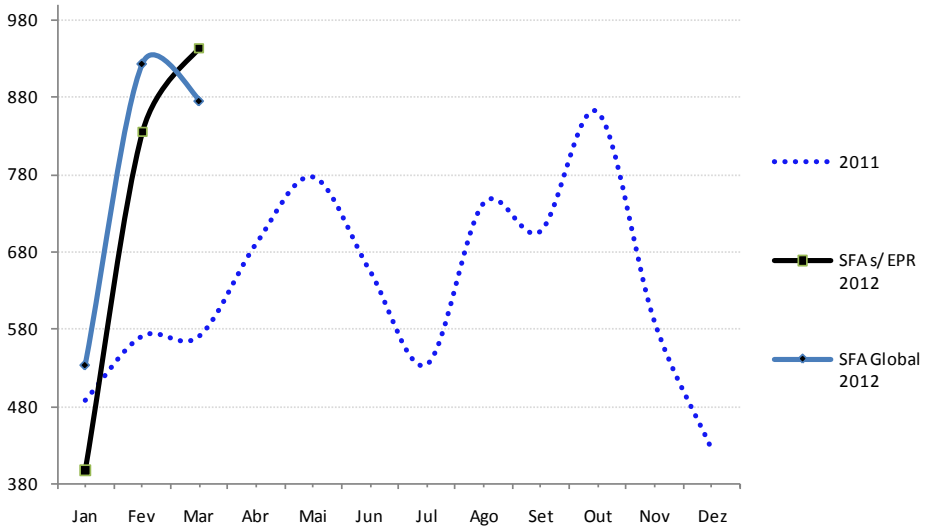
- O saldo global do subsector dos SFA[12] em março de 2012, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), atingiu os 876,1 milhões de euros, sendo -68,1 milhões de euros respeitantes às Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) no perímetro da Administração Central.

- Expurgadas as EPR, o saldo global do subsector dos SFA ascende a 944,2 milhões de euros apresentando uma melhoria face ao período homólogo, explicada pela redução mais acentuada da despesa efetiva (-3,1%) em face da receita efetiva (-1,4%).

- Para o acréscimo do saldo global referido contribuiu, essencialmente, a diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços pelo SNS e com as transferências de capital para entidades privadas.

[12] Organismos em falta de reporte de execução orçamental em março:
2012 - Parups, S.A, Parvalorem, S.A e Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL
2011 - Hospital de São Marcos e UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

Gráfico 5 – Evolução do saldo global do subsector dos SFA - Milhões de Euros



Nota: Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (em 2011: 476,7 M€)

Fonte: Ministério das Finanças

SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (EXCLUINDO EPR)

Saldo Global do Subsector dos SFA (janeiro a março) - Exclui EPR

Serviços	2011	2012	Variação em 2012
	Milhões de euros		
Saldo Global - Exclui EPR	**871,0**	**944,2**	**73,2**
dos quais:			
Autoridade Nacional de Comunicações (ICP)	-8,2	265,1	273,3
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP)	39,7	137,4	97,7
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	186,2	96,5	-89,6
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	66,9	79,3	12,4
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	263,2	78,6	-184,6
Ensino Superior	68,0	42,0	-26,0
Instituto de Turismo de Portugal (ITP)	20,8	31,6	10,8

Fonte: Ministério das Finanças

- A receita efetiva apresenta um decréscimo de 1,4 % face a igual período do ano anterior explicado essencialmente pelo efeito de base de 2011 relativo à incorporação do Fundo de Pensões da PT[13] na CGA, efeito atenuado pela receita extraordinária relativa ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel.

[13] Decreto-Lei n.º 140-B/2010 de 30 de Dezembro

- A descida de 3,1% na despesa efetiva comparativamente com o período homólogo é justificada pelo comportamento da aquisição de bens e serviços (-3,0 p.p.), com maior impacto na redução da despesa face ao mês anterior, e das transferências de capital para fora do perímetro das AP (-1,5 p.p.).

RECEITA

- A receita efetiva diminui devido sobretudo à variação negativa em:
  - Outras transferências de capital (- 99,2%), justificada pelo efeito de base em 2011 da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA;
  - Transferências correntes provenientes do OE (-3,4%), refletindo as medidas de consolidação orçamental, sobretudo as introduzidas no SNS.
- Em sentido inverso, com impacto positivo na receita efetiva, destaca-se o aumento em:
  - Taxas, multas e outras penalidades (+94,0%), explicado pela atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração de redes de telemóveis[14] pela Autoridade Nacional das Comunicações – ICP;
  - Transferências de capital provenientes da União Europeia (+40,8%) principalmente destinadas ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas - IFAP no âmbito FEADER[15] que resultam do reembolso da Comissão Europeia relativas a projetos no âmbito do PRODER[16];
  - Outras receitas correntes (+26,6%), salienta-se o acréscimo em rendimentos de propriedade associado a juros provenientes dos títulos de dívida pública Portuguesa detidos pela CGA e resultantes da venda de Bilhetes do Tesouro do Fundo de Regularização da Dívida Pública – FRDP.

DESPESA

- A despesa efetiva diminuiu, essencialmente, devido às seguintes variações:
  - Aquisição de bens e serviços (-7,9%), esta variação é explicada pelos estabelecimentos de saúde do SNS e é justificada pela diminuição dos valores pagos decorrentes dos contratos-programa com os hospitais EPE e, ainda, com despesa em meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, tendo implícito a redução do Orçamento do SNS em 2012;
  - Transferências de capital para fora do perímetro das Administrações Públicas (-46,8%), justificada pela diminuição de verbas disponibilizadas pelo IFAP para os promotores de projetos agrícolas do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013. Observa-se, em 2012, uma concentração de transferências para a Administração Central em detrimento de outras entidades. Referência ainda para a reclassificação em 2012, pelo Instituto do Turismo de Portugal – ITP, de capital para correntes, das transferências relativas ao apoio anual a eventos e atividades de promoção e animação;

[14] Receita cobrada pela Autoridade Nacional das Comunicações – ICP, nos termos do Regulamento nº 560-A/2011, de 19 de Outubro de 2011.
[15] Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.
[16] Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013).

- Subsídios (-48,2%), explicada pelo efeito de base 2011 referente ao pagamento de ajudas aos agricultores no âmbito do FEAGA[17], bem como pela redução dos montantes da comparticipação no âmbito das medidas de emprego e formação profissional, resultado das alterações legislativas introduzidas.

- Em sentido contrário, com impacto no crescimento da despesa, referem-se os seguintes fatores:

  - Transferências correntes para entidades fora das AP (+1,7%), refletindo sobretudo o aumento do número de aposentados da responsabilidade da CGA e a atualização em 2012 das pensões mínimas de aposentação e de sobrevivência dos dois escalões mais baixos.
  - Despesas com o pessoal (+4,7%), execução influenciada pelo reporte incompleto em 2011 da Administração Regional de Saúde do Norte. Considerando um universo comparável a variação homóloga é de -5,6%;
  - Investimento (+31,9%), explicado pelo pagamento dos encargos de obras efetuadas em 2002 em Tribunais, cuja responsabilidade pelo pagamento foi, por determinação judicial, atribuída ao Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, I.P. - IGFIJ.

ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)

Saldo Global do Subsector dos SFA - EPR (janeiro a março)

Serviços	2012	
	fevereiro	março
	Milhões de euros	
Saldo Global - EPR	**89,2**	**-68,1**
dos quais:		
Rádio e Televisão de Portugal, SA	350,4	346,5
Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	-42,3	-163,4
Estradas de Portugal, SA	-186,2	-143,1
Metro do Porto, SA	-45,3	-78,8
Parque Escolar, EPE	-12,8	-55,9

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global das EPR atingiu em março -68,1 milhões de euros, verificando-se uma degradação de 157,3 milhões de euros face ao mês anterior, sendo a variação justificada pela interação dos seguintes fatores:

  - O acréscimo de encargos financeiros com empréstimos bancários contraídos e com a despesa de investimento, relativa a empreitadas em curso relacionadas com a ampliação e desenvolvimento da infra-estrutura ferroviária pela REFER, E.P.E, com recurso à utilização de passivos financeiros. Parte significativa da receita efetiva da REFER está prevista para o segundo semestre (fundos comunitários) verificando-se ainda o atraso no recebimento das verbas correspondentes à tarifa de utilização da infraestrutura;

[17] Fundo Europeu Agrícola de Garantia

- A despesa de investimento executada pela Parque Escolar, E.P.E. no âmbito de projetos de modernização das escolas;
- O pagamento pelo Metro do Porto, S.A de liquidações de IVA feitas pela Administração Tributária em 2011, que tinham sido objeto de impugnações judiciais por não ser aceite a posição da Administração Tributária;
- Acréscimo da receita do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) da Estradas de Portugal, que contribuiu para uma melhoria do saldo global.

SÍNTESE

Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a março)

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp.)
	Milhões de euros			
Receita				
Transferência do Orçamento Estado	2.024,3	1.826,2	-9,8	-9,5
Prestação de serviços	20,5	29,0	41,5	0,4
Outros	38,5	32,5	-15,6	-0,3
Receita cobrada	**2.083,3**	**1.887,7**	**-9,4**	
Despesa				
Despesas com o pessoal	211,3	205,7	-2,7	-0,3
Subcontratos	1.749,6	1.671,1	-4,5	-3,8
Outros	115,9	85,2	-26,5	-1,5
Despesa total	**2.076,8**	**1.962,0**	**-5,5**	
Saldo Global	**6,5**	**-74,3**		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

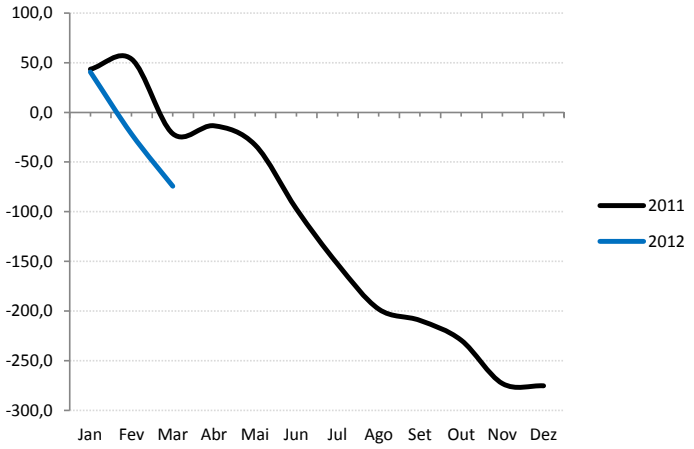
- A informação avançada da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)[18] apresenta em 2012 um saldo negativo de 74,3 milhões de euros. Em relação ao período homólogo, o saldo do SNS, regista uma deterioração de 80,8 milhões de euros.

- A receita decresceu 9,4 % em 2012, em resultado essencialmente da redução da transferência do Orçamento do Estado.

- A despesa registou um decréscimo de 5,5 %, variação menos acentuada relativamente à redução da receita, influenciada principalmente pelo comportamento das rubricas “subcontratos” e “outras despesas”.

[18] Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do “*accrual basis accounting*” (princípio da especialização ou do acréscimo).

Gráfico 6 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

RECEITA

- A receita registou um decréscimo de 9,4% em 2012 relativamente ao ano anterior, para o qual contribuiu a redução da transferência do Orçamento do Estado em 9,5 p.p. no âmbito do financiamento do sistema de saúde.

DESPESA

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 5,5%, resultado essencialmente do desempenho das Administrações Regionais de Saúde, para o qual contribuiu a redução da despesa com:
  - Subcontratos (-4,5%), destacando-se a diminuição de 7,0% na rubrica de contratualização de serviços a Entidades Públicas Empresariais, justificado pela redução do valor do Contrato-programa com os hospitais e Unidades de Saúde EPE, no seguimento da aplicação das medidas previstas para o sector;
  - Outras despesas (-77,1%), devido ao menor volume de transferências efectuadas para organismos da Administração Central[19] e da Segurança Social[20];
  - Despesas com o pessoal (-2,7%) em resultado da redução de remunerações e suplementos;
  - Compras (-22,8%) por via do decréscimo dos pagamentos efectuados pelo Instituto Português do Sangue.

[19] Direção Geral de Saúde, Instituto da Droga e da Toxicodependência e Alto Comissariado da Saúde.
[20] Instituto da Segurança Social.

SÍNTESE

Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012
Receita corrente	**5.741,7**	**5.805,8**	**24,4**	**24,3**	**3,0**	**1,1**
Contribuições e quotizações	3.391,1	3.306,0	24,7	24,0	3,0	-2,5
IVA Social	178,8	179,7	25,0	25,0	3,8	0,5
Transferências correntes da Administração Central	1.719,3	1.788,3	24,7	25,6	-4,1	4,0
Transferências do Fundo Social Europeu	269,3	312,5	23,4	22,8	112,9	16,0
Outras receitas correntes	183,2	219,4	18,9	20,5	-2,6	19,8
Receita de capital	**2,0**	**0,6**	**29,9**	**2,2**	**439,8**	**-71,0**
Receita efetiva	**5.743,7**	**5.806,4**	**24,4**	**24,3**	**3,1**	**1,1**
Despesa corrente	**5.160,1**	**5.524,9**	**20,1**	**23,0**	**1,9**	**7,1**
Pensões	3.059,8	3.190,1	21,2	22,1	2,9	4,3
Pensão velhice do regime subsitutitvo Bancário	0,0	130,4	0,0	100,0	-	-
Outras prestações sociais	1.585,4	1.686,7	25,1	26,3	-6,2	6,4
Outras despesas correntes	514,9	517,7	22,2	22,2	28,2	0,5
Despesas de capital	**3,9**	**3,3**	**14,2**	**15,6**	**13,8**	**-16,2**
Despesa efetiva	**5.164,0**	**5.528,2**	**22,3**	**23,4**	**1,9**	**7,1**
Saldo global	**579,7**	**278,2**				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

- O saldo global do subsector da Segurança Social regista um excedente de 278,2 milhões de euros, menos 301,5 milhões de euros que em igual período do ano transato.

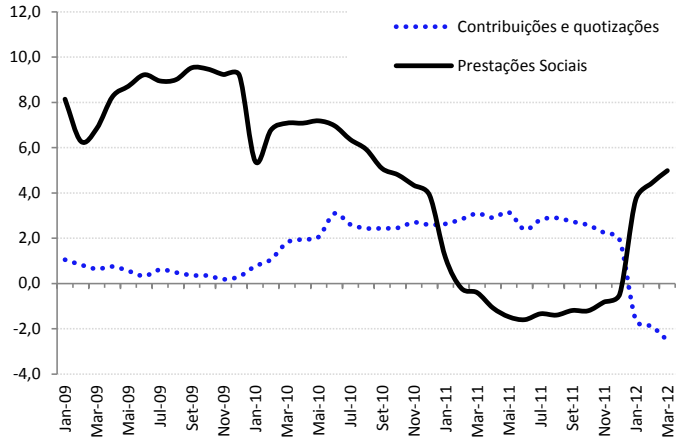
- A receita efetiva registou um aumento de 62,7 milhões de euros, determinado essencialmente pelo recebimento da transferência do OE para fazer face a despesa com o Regime Substitutivo Bancário (130,5 milhões de euros), pelo aumento das transferências do exterior (+ 43,1 milhões de euros do que em igual período de 2011) e pela diminuição das transferências do OE em cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social[21] (-66,0 milhões de euros) bem como da quebra nas contribuições e quotizações (-85,1 milhões de euros).

- A despesa efetiva registou um aumento de 364,2 milhões de euros face ao período homólogo devido, essencialmente, ao aumento de despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões relativas ao Regime Substitutivo Bancário (130,4 milhões de euros), ao comportamento da despesa com as prestações de desemprego (+ 118,2 milhões de euros do que em igual período de 2011) e ao aumento da despesa com ações de formação profissional, no âmbito de projetos cofinanciados pelo Fundo Social Europeu (28,3 milhões de euros).

  Por outro lado, a variação das despesas de administração regista um decréscimo, em termos homólogos, no valor de 10,1 milhões de euros.

[21] No entanto, no cômputo (das transferências no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social e transferência para despesas com o regime Substitutivo Bancário) as transferências do OE para a Segurança Social apresentam um aumento de 3,8%.

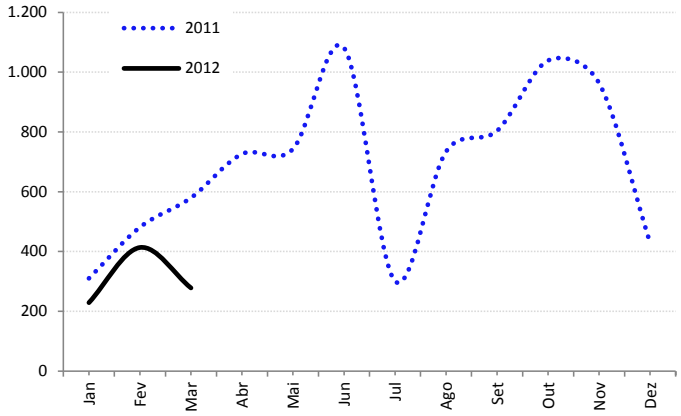
Gráfico 7 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

- O gráfico seguinte evidencia a evolução do saldo global em 2011 e 2012.

Gráfico 8 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A receita efetiva registou um acréscimo de 62,7 milhões de euros para o qual contribuíram, em maior medida, os seguintes fatores.
  - Recebimento da transferência do OE para fazer face a despesa com o Regime Substitutivo Bancário no valor de 130,5 milhões de euros;
  - O decréscimo de receita de contribuições e quotizações em 85,1 milhões de euros, que tem implícita uma variação homóloga negativa de 2,5%;
  - A redução das transferências provenientes do Orçamento do Estado em 66,0 milhões de euros, com uma variação negativa de 3,9 % decorrente da necessidade de menor financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas;
  - O acréscimo face ao período homólogo, registado em "Rendimentos e Outras Receitas" no montante de 22,2 milhões de euros;
  - O acréscimo registado em "Transferências do exterior" no valor de 43,1 milhões de euros.

DESPESA

- A despesa efetiva observou um acréscimo de 364,2 milhões de euros, tendo subjacente uma variação homóloga de 7,1%, para a qual concorrem, nomeadamente:
  - O aumento de despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões relativas ao Regime Substitutivo Bancário no valor de 130,4 milhões de euros;
  - O acréscimo da despesa com prestações sociais em 231,6 milhões de euros, isto é, mais 5,0% explicado pelo comportamento das pensões que, representando 57,7% da despesa efetiva registam uma variação homóloga de 4,3% e um aumento de despesa das restantes prestações sociais que, no seu cômputo, registam um acréscimo de 6,4%;
  - Aumento da despesa com subsídios à formação profissional em 28,3 milhões de euros com suporte no Fundo Social Europeu e Contrapartida Pública Nacional[22], o que reflete um acréscimo de 9,9%;
  - A redução, face a igual período de 2011, nas despesas de administração, computado em 10,1 milhões de euros;
  - A redução, nas transferências para SFA, designadamente, para o emprego, higiene, formação profissional, no montante de 15,2 milhões de euros.

[22] Note-se que este pagamentos ainda que refletidos na despesa efetiva do OSS não tem impacto no saldo global corrigido no respeito pelo principio da neutralidade dos fundos comunitários

SÍNTESE

- A Administração Regional registou até ao final do I trimestre do ano um saldo global de 19,3 milhões de euros, refletindo uma melhoria de 7,7 milhões de euros face ao verificado no período homólogo. Receita e despesa registaram variações homólogas negativas, sendo que a quebra registada na despesa (-6,1%) foi superior à verificada na receita (-4,1%), permitindo uma melhoria no saldo orçamental.

- Para o comportamento verificado neste subsector, contribuíram em direções distintas cada uma das Regiões Autónomas. Enquanto a Região Autónoma dos Açores apresentou uma quebra no seu saldo global de 11,8 milhões de euros, a Região Autónoma da Madeira apresentou uma melhoria de 19,5 milhões de euros, em termos homólogos.

Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a março)

	2011	2012	Var.Abs.	VH (%)	
	Milhões de euros		2012	2011	2012
Receita Efetiva	**436,1**	**418,0**	**-18,1**	**7,3**	**-4,1**
dq. Receita Fiscal	242,2	227,8	-14,4	2,8	-5,9
Transferências do OE	150,4	133,1	-17,3	17,6	-11,5
União Europeia	18,1	31,5	13,5	12,0	74,5
Despesa Efetiva	**424,5**	**398,7**	**-25,8**	**-1,4**	**-6,1**
dq. Despesa Primária	408,9	378,0	-30,9	-3,4	-7,6
Despesa de Capital	57,5	23,7	-33,7	52,0	-58,7
Saldo global	**11,6**	**19,3**	**7,7**		
Por memória :					
Saldo Primário	*27,2*	*40,0*	*12,8*		
Saldo Corrente	*41,3*	*3,7*	*-37,6*		
Saldo Capital	*-29,6*	*15,6*	*45,3*		
Necessidade de Financiamento					
Passivos Fin. Liquidos de Amortiz.	-15,4	27,8	43,2		
Alienação de Ativos Fin. Liquidos de Reemb.	-1,9	-1,9	0,0		
dos quais Receitas de:					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		
Outros Ativos	0,2	0,2	0,0		
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	5,7	-45,2	-50,9		
Total do Financiamento*	**-11,6**	**-19,3**	**-7,7**		

Fonte : Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

Nota: Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das empresas públicas reclassificadas da Região Autónoma da Madeira.

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

RECEITA

- A quebra de 4,1% registada na receita efetiva, em termos homólogos, é justificada pelo comportamento oposto das suas componentes, tendo a receita corrente contribuído com -6,8 p.p. e a receita de capital com 2,7 p.p..

  - A receita corrente registou uma quebra de 7,3%, para a qual contribuíram, principalmente, as transferências correntes da Administração Central e receita fiscal, com contributos de -2,4 p.p. e -3,5 p.p., respetivamente. Ambas as Regiões Autónomas registaram quebras nestas rúbricas, tendo sido mais acentuada na Região Autónoma da Madeira (-15,1% e -19,4%, respetivamente);

  - A receita de capital registou um crescimento de 41,7%, com destaque para as transferências provenientes do resto do mundo (64,9 p.p.), que mais que compensou a quebra das provenientes da Administração Central (-27 p.p.). A Região Autónoma dos Açores registou uma quebra nas transferências do OE de 36,2% e a Região Autónoma da Madeira não recebeu qualquer transferência.

Gráfico 9 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

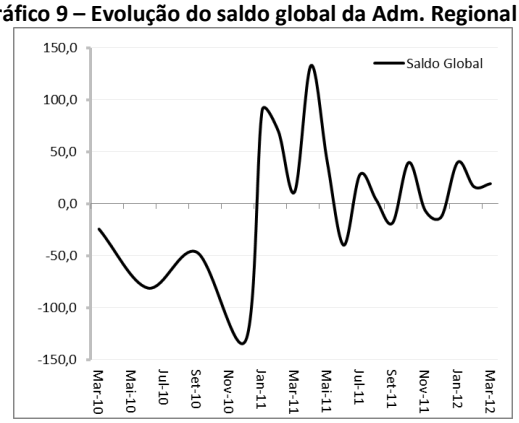
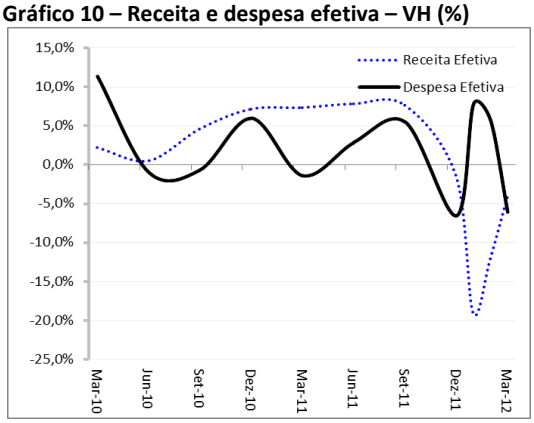


Gráfico 10 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM – SRPF

DESPESA

- A despesa efetiva apresentou uma quebra homóloga de 6,1%, determinada pela diminuição de 13,2% na Região Autónoma da Madeira, já que a Região Autónoma dos Açores registaram um aumento de 1,8%. Para esta evolução contribuiu a forte diminuição da despesa de capital (-8,0 p.p).

  - O aumento de 2,2% registado na despesa corrente contou com o contributo das transferências correntes (10,3 p.p.) essencialmente na Região Autónoma dos Açores, como consequência da inclusão das empresas públicas. Este crescimento superou a quebra verificada nas rúbricas de aquisições de bens e serviços e despesas com pessoal, com contributos de -4,3 p.p. e -3,4 p.p., respetivamente.

- A despesa de capital registou uma quebra de 58,8%, essencialmente devido à diminuição na despesa com aquisição de bens de capital (-42,9 p.p.), registada em ambas as Regiões Autónomas.

SÍNTESE

- No final do I trimestre do ano, e com um universo comparável de 234 municípios, o subsector da Administração Local registou um saldo orçamental de 19 milhões de euros, que se traduziu numa deterioração de 1,8 milhões de euros, face ao período homólogo. No mesmo período no ano anterior, a totalidade dos municípios apresentava um saldo global de 24,1 milhões de euros, passando a ser cerca de 20,8 milhões de euros para o universo comparável e com cerca de 24% dos municípios em falta.

Execução orçamental da Administração Local (janeiro a março)

	2011	2012	Var.Abs.	VH (%)	
	Milhões de euros		2011	2010	2011
Receita Efetiva	**1.035,7**	**981,6**	**-54,1**	**5,7**	**-5,2**
dq. Rec. Fiscal	190,0	169,2	-20,8	-2,0	-11,0
Transf. do OE	437,1	417,9	-19,2	-4,9	-4,4
União Europeia	95,8	110,8	15,0	90,9	15,7
Despesa efetiva	**1.014,9**	**962,6**	**-52,3**	**3,5**	**-5,2**
dq Despesa Primária	997,9	939,5	-58,4	3,3	-5,9
Despesa de Capital	292,0	256,5	-35,5	8,7	-12,2
Saldo global	**20,8**	**19,0**	**-1,8**		
Por memória :					
Saldo Primário	*37,8*	*42,1*	*4,3*		
Saldo Corrente	*47*	*16*	*-31,2*		
Saldo Capital	*-26*	*3*	*29,3*		
Necessidade de Financiamento					
Passivos Financeiros Líquidos de Amortizações	50,3	15,2	-35,1		
Alienação de Activos Financeiros Líquidos	-0,8	-3,9	-3,1		
dos quais Receitas de:					
Alienação de partes de Capital	0,5	0,0			
Outros Ativos	0,5	0,2			
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-70,4	-30,3	40,1		
Total do Financiamento*	**-20,8**	**-19,0**	**1,8**		

Fonte : BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL
* Corresponde ao simétrico do Saldo Global
Nota : Universo comparável de 234 Municípios.

RECEITA

- De acordo com a informação disponível até ao final do I trimestre, a receita efetiva situou-se nos

981,6 milhões de euros, o que se traduziu numa variação homóloga de -5,2%, suportada pela contribuição negativa de ambas as componentes (-4,6 p.p. e -0,6 p.p. na receita corrente de capital, respetivamente).

- A receita corrente registou uma quebra de -6,2% face a igual período do ano anterior, tendo-se destacado o contributo da receita fiscal e de transferências, ambas com peso de -2,7 p.p.;

- A receita de capital registou também uma quebra, embora menos acentuada (-0,6%), sendo as transferências de capital a rubrica que mais contribuiu para esse comportamento (-3,5 p.p.).

Gráfico 11 – Evolução do saldo global da Adm. Local (M€)

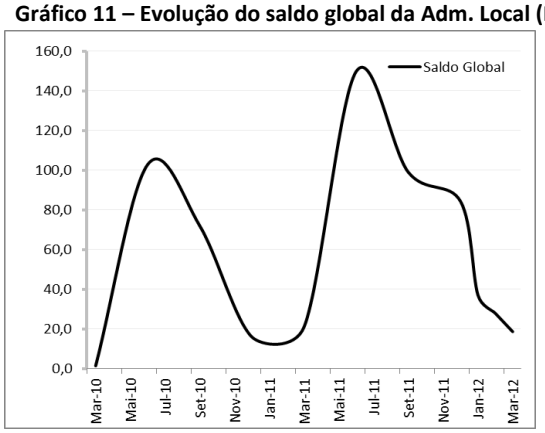
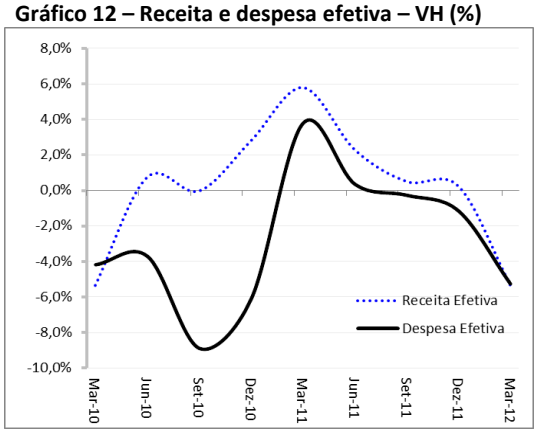


Gráfico 12 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL

DESPESA

- A despesa efetiva, até final de março de 2012, situou-se nos 962,6 milhões de euros, o que se traduz numa quebra de 5,2% em termos homólogos, suportada pelos contributos negativos da despesa corrente e de capital, -1,7 p.p. e -3,5 p.p., respetivamente.

  - A despesa corrente registou uma variação homóloga de -2,3%, destacando-se o contributo das despesas com pessoal e das transferências, de -1,8 p.p. e -1,7 p.p., respetivamente;

  - A despesa de capital apresentou uma quebra de 12,2% face a igual período do ano anterior, suportada, essencialmente, pelo comportamento da rubrica Aquisição de Bens de Capital, com um contributo de -9,7 p.p..

2012
abril

Síntese da Execução Orçamental

Informação Estatística

Índice	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
Síntese Global	20-abril-12	23-maio-12	-
Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas	20-abril-12	23-maio-12	-
Metas e execução do Saldo Global das Administrações Publicas por trimestre - 2012	20-abril-12	23-julho-12	jan-março 12
Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Execução Orçamental do Estado	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Receita do Estado	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Despesa do Estado - classificação económica	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Despesa do Estado - classificação funcional	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Despesa do Estado - classificação orgânica	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Programas Orçamentais	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Administração Regional	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Administração Local	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Execução Orçamental da Segurança Social	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Dívida não Financeira da Administração Pública	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12
Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública	20-abril-12	23-maio-12	jan-março 12

Glossário

Metas PAEF e execução 2012 - Administrações Públicas

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012

Programa de Assistência Económina e Financeira (PAEF) **€ Milhões**

	I Trimestre		Metas (valores acumulados)		
	Meta	Execução (1)	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre
Saldo das Administrações Públicas (caixa)	-	-438	-	-	-
Ajustamentos PAEF	-	-12	-	-	-
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	**-1.900**	**-450**	**-4.400**	**-5.900**	**-7.600**

(1) O saldo das Administrações Públicas do I trimestre inclui operações realizadas no âmbito do subsetor Estado que foram suportadas pelo orçamento do Ministério das Finanças e que, no âmbito do memorando técnico de entendimento do PAEF, devem afetar o saldo, apesar de constituiram despesa não efetiva.

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados) **€ Milhões**

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
2010	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
2011	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%
2012	janeiro	2.980,6	3.416,6	-436,0	-6,1%	-12,7%
	fevereiro	6.258,9	7.057,5	-798,6	-4,3%	3,5%
	março	8.610,0	10.247,0	-1.637,0	-4,4%	3,5%

Nota: Os valores da receita do Estado correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

€ Milhões

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados)

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
2010	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
2011	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%
2012	janeiro	1.803,2	1.406,1	397,1	-8,9%	-4,6%
	fevereiro	3.849,4	3.014,4	835,0	0,4%	-2,5%
	março	5.621,9	4.677,6	944,2	-1,4%	-3,1%

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados) **€ Milhões**

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
	fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
	março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
	abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
	maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
	junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
	julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
	agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
	setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
	outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
	novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
	dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
2010	janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
	fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
	março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
	abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
	maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
	junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
	julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
	agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
	setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
	outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
	novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
	dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
2011	janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
	fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
	março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
	abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
	maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
	junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
	julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
	agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
	setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
	outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
	novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
	dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	0,0	0,0
2012	janeiro	2.016,9	1.788,0	228,9	1,2%	6,2%
	fevereiro	4.056,7	3.643,3	413,4	5,3%	8,1%
	março	5.806,4	5.528,2	278,2	1,1%	7,1%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados) — € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	I TR	1.025,7	1.012,1	13,6	1,8%	6,0%
	II TR	2.396,5	2.400,4	-4,0	2,6%	6,6%
	III TR	3.535,1	3.799,3	-264,2	2,4%	11,5%
	IV TR	4.861,5	5.305,5	-444,0	-0,8%	3,5%
2010	I TR	970,9	969,6	1,3	-5,3%	-4,2%
	II TR	2.414,4	2.311,4	102,9	0,7%	-3,7%
	III TR	3.534,1	3.462,2	71,8	0,0%	-8,9%
	IV TR	4.997,9	4.982,1	15,8	2,8%	-6,1%
2011	I TR	1.027,2	1.006,1	21,0	5,8%	3,8%
	II TR	2.469,5	2.319,5	149,9	2,3%	0,4%
	III TR	3.551,8	3.452,8	98,9	0,5%	-0,3%
	IV TR	5.008,8	4.924,6	84,3	0,2%	-1,2%
2012	janeiro	326,3	289,3	37,0		
	fevereiro	634,8	606,9	27,8		
	março	971,8	953,3	18,5	-5,4%	-5,3%

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2009 e 2008); Universo comparável: 232 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados) — € Milhões

		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,3	39,7	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-
	dezembro	2.112,9	2.131,9	-19,0	-1,5%	-6,3%
2012	janeiro	170,6	130,6	40,1	-19,0%	7,8%
	fevereiro	283,8	267,6	16,2	-12,1%	5,7%
	março	418,0	398,7	19,3	-4,2%	-6,1%

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Execução - Adm. Central e Segurança Social	Universos comparáveis - Adm. Central e Segurança Social (sem EPR)						Execução Universo real - Adm. Central e Segurança Social (com EPR)			
	jan - março 2011	março 2012			jan - março 2012			março 2012		jan - março 2012	
	Execução Acumulada	**Execução mensal**	**Variação homóloga (%)**	**Grau de Execução mensal (%)**	**Execução Acumulada**	**Variação homóloga acumulada (%)**	**Grau de Execução acumulado (%)**	**Adm. Central e Segurança Social (com EPR)**	**Grau de Execução mensal (%)**	**Execução Acumulada**	**Grau de Execução acumulado (%)**
Receita corrente	**14.230,8**	**3.865,0**	**-7,5**	**6,2**	**14.141,7**	**-0,6**	**22,7**	**4.017,7**	**6,2**	**14.638,0**	**22,7**
Impostos directos	2.997,9	1.009,2	1,9	7,0	2.836,8	-5,4	19,8	1.009,2	7,0	2.836,8	19,8
Impostos indirectos	5.408,1	1.095,5	-13,8	4,9	5.093,2	-5,8	22,8	1.151,0	5,0	5.262,6	22,9
Contribuições de Segurança Social	4.319,3	1.330,5	-2,9	7,5	4.284,5	-0,8	24,1	1.330,5	7,5	4.284,5	24,1
Outras receitas correntes	1.505,5	429,8	-21,3	5,5	1.927,1	28,0	24,7	527,0	5,6	2.254,1	24,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	7,9	5,6	149,6	6,6	12,4	56,4	14,6	5,6	6,8	12,4	15,0
Receita de capital	**644,9**	**176,2**	**-19,6**	**9,6**	**374,2**	**-42,0**	**20,3**	**180,8**	**8,4**	**386,2**	**18,0**
Venda de bens de investimento	17,7	0,3	-97,0	0,2	0,6	-96,8	0,4	1,8	1,0	2,9	1,7
Transferências de Capital	446,8	114,0	-34,6	7,7	207,7	-53,5	14,1	118,0	6,8	214,7	12,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	2,7	0,0	-89,9	0,2	1,5	-46,8	7,1	0,0	0,2	1,5	7,1
Receita efetiva	**14.875,7**	**4.041,1**	**-8,1**	**6,3**	**14.515,9**	**-2,4**	**22,7**	**4.198,5**	**6,3**	**15.024,2**	**22,5**
Despesa corrente	**13.664,5**	**4.725,1**	**3,0**	**7,1**	**14.033,2**	**2,7**	**21,0**	**4.958,3**	**7,2**	**14.524,6**	**21,0**
Consumo público	5.108,0	1.720,1	-4,6	7,6	4.868,8	-4,7	21,5	1.853,1	7,6	5.261,6	21,6
Despesas com o pessoal	2.837,6	922,3	-0,8	7,9	2.723,7	-4,0	23,3	976,8	7,9	2.888,0	23,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	2.270,4	797,8	-8,6	7,3	2.145,1	-5,5	19,6	876,3	7,3	2.373,5	19,8
Subsídios	340,4	89,4	-54,5	5,8	226,0	-33,6	14,7	91,6	5,8	232,1	14,8
Juros e outros encargos	193,9	200,9	383,7	2,5	623,6	221,5	7,8	297,3	3,2	744,1	8,1
Transferências correntes	8.022,2	2.714,8	6,6	7,9	8.314,8	3,6	24,1	2.716,2	8,0	8.286,8	24,4
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	494,0	130,9	-17,2	5,3	474,2	-4,0	19,2	130,8	6,7	442,9	22,6
Despesa de capital	**652,8**	**180,4**	**-10,5**	**5,0**	**897,2**	**37,4**	**24,6**	**261,9**	**5,2**	**982,3**	**19,6**
Investimento	81,2	53,4	19,4	5,5	81,4	0,3	8,4	136,4	4,9	515,7	18,7
Transferências de capital	566,7	120,4	-21,8	4,6	803,0	41,7	30,4	119,8	5,4	451,2	20,3
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	356,5	78,1	-3,2	4,4	659,2	84,9	37,1	77,5	5,7	307,4	22,6
Outras despesas de capital	4,9	6,6	127,3	22,7	12,8	162,4	43,9	5,7	19,7	15,4	53,1
Despesa efetiva	**14.317,3**	**4.905,5**	**2,5**	**7,0**	**14.930,4**	**4,3**	**21,2**	**5.220,2**	**7,0**	**15.506,9**	**20,9**
Saldo global	**558,4**	**-864,4**			**-414,5**			**-1.021,7**		**-482,7**	
Por memória:								0,0			
Saldo corrente	566,3	-860,1			108,5			-940,6		113,4	
Despesa corrente primária	13.470,6	4.524,2	-0,5	7,7	13.409,6	-0,5	22,9	4.660,9	7,8	13.780,5	23,0
Saldo corrente primário	760,3	-659,3			732,1			-643,2		857,5	
Saldo de capital	-7,9	-4,3			-523,0			-81,1		-596,1	
Despesa primária	14.123,4	4.704,7	-0,9	7,6	14.306,8	1,3	23,0	4.922,9	7,6	14.762,8	22,7
Saldo primário	752,3	-663,6			209,1			-724,4		261,4	

Fonte: Ministério das Finanças

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsetor dos serviços e fundos autónomos.

Em 2012, apresenta-se a informação real e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (janeiro a março) € Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
Receita corrente	**8.805,9**	**8.407,1**	**-4,5**	**-4,4**
Receitas fiscais	8.122,5	7.649,5	-5,8	-5,3
Impostos diretos	2.997,9	2.836,8	-5,4	-1,8
Impostos indiretos	5.124,6	4.812,7	-6,1	-3,5
Outras receitas correntes	683,4	757,6	10,9	0,8
Receita de capital	**198,2**	**202,9**	**2,4**	**0,1**
Receita efetiva	**9.004,1**	**8.610,0**	**-4,4**	
Despesa corrente	**9.368,3**	**9.441,2**	**0,8**	**0,7**
Despesas com o pessoal	2.215,0	2.083,5	-5,9	-1,3
Aquisição de bens e serviços	297,0	253,7	-14,6	-0,4
Juros e outros encargos	190,9	613,8	221,5	4,3
Transferências correntes	6.484,9	6.335,0	-2,3	-1,5
Administrações Públicas	5.599,5	5.531,5	-1,2	-0,7
Outras	885,3	803,5	-9,2	-0,8
Subsídios	53,5	0,5	-99,1	-0,5
Outras despesas correntes	127,0	154,7	21,8	0,3
Despesa de capital	**528,0**	**805,8**	**52,6**	**2,8**
Investimento	41,4	30,4	-26,5	-0,1
Transferências de capital	483,8	771,6	59,5	2,9
Administrações Públicas	440,3	717,9	63,1	2,8
Outras	43,6	53,7	23,2	0,1
Outras despesas de capital	2,8	3,8	37,7	0,0
Despesa efetiva	**9.896,4**	**10.247,0**	**3,5**	
Saldo global	**-892,3**	**-1.637,0**		
Por memória:				
Saldo corrente	-562,4	-1.034,1		
Saldo de capital	-329,8	-602,9		
Saldo primário	-701,3	-1.023,2		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	577,8	924,6		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-3.542,7	1.092,3		

Fonte: Ministério das Finanças

Receita do Estado

Receita do Estado (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
Receita fiscal	**8.122,5**	**7.649,5**	**23,6**	**21,6**	**16,3**	**-5,8**	**14,7**	**-5,3**
Impostos Diretos	2.997,9	2.836,8	20,5	19,8	22,6	-5,4	7,2	-1,8
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	2.411,9	2.441,1	23,1	25,6	14,5	1,2	4,0	0,3
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	536,4	388,5	12,8	8,2	59,6	-27,6	2,6	-1,6
Outros	49,6	7,2	442,9	14,4	2.154,5	-85,5	0,6	-0,5
Impostos Indiretos	5.124,6	4.812,7	25,9	22,9	12,8	-6,1	7,5	-3,5
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	573,6	533,7	24,0	23,4	0,2	-7,0	0,0	-0,4
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.627,2	3.509,4	27,3	23,8	20,1	-3,2	7,8	-1,3
Imposto sobre Veículos (ISV)	192,8	101,3	24,4	13,6	6,6	-47,5	0,2	-1,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	244,8	199,1	18,1	14,4	-9,6	-18,7	-0,3	-0,5
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	37,2	37,8	19,2	17,9	-3,9	1,6	0,0	0,0
Imposto do selo	393,5	370,1	25,9	26,4	-3,1	-5,9	-0,2	-0,3
Imposto Único de Circulação (IUC)	43,5	47,2	27,2	26,5	16,3	8,5	0,1	0,0
Outros	12,0	14,1	15,7	23,9	-17,2	17,5	0,0	0,0
Receita não fiscal	**881,6**	**960,5**	**16,0**	**24,3**	**19,8**	**8,9**	**1,9**	**0,9**
Correntes	683,4	757,6	16,1	21,2	10,9	10,9	0,9	0,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	95,2	127,1	16,3	24,0	86,3	33,5	0,6	0,4
Comparticipações para a ADSE	91,0	121,8	16,2	23,8	79,8	33,8	0,5	0,3
Outros	4,2	5,3	18,3	28,0	740,0	26,2	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	162,5	169,9	22,9	25,2	24,6	4,6	0,4	0,1
Taxas	71,5	78,0	17,6	20,8	29,5	9,1	0,2	0,1
Juros de mora e compensatórios	40,6	29,2	37,2	34,6	59,2	-28,1	0,2	-0,1
Multas do Código da Estrada	18,6	23,2	32,1	25,6	-10,1	24,7	0,0	0,1
Outras multas e penalidades diversas	31,8	39,5	23,1	31,7	9,7	24,2	0,0	0,1
Rendimentos da Propriedade	1,6	1,4	0,4	0,3	6,7	-12,5	0,0	0,0
Juros	1,1	1,0	2,7	0,2	0,0	-9,1	0,0	0,0
Dividendos e participações nos lucros	0,1	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Outros	0,4	0,4	20,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	165,8	205,6	10,2	21,4	-14,5	24,0	-0,4	0,4
Administrações públicas	153,2	178,7	10,4	21,3	11,6	16,6	0,2	0,3
Exterior	9,6	24,2	7,5	23,7	-82,2	152,1	-0,6	0,2
Outros	3,0	2,7	13,8	13,2	7,1	-10,0	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	106,3	108,2	26,6	26,6	16,0	1,8	0,2	0,0
Outras Receitas Correntes	63,4	65,9	22,2	21,7	41,5	3,9	0,2	0,0
Prémios e taxas por garantias de riscos	47,8	53,7	80,7	43,8	43,5	12,3	0,2	0,1
Outros	15,6	12,2	6,9	6,7	35,7	-21,8	0,1	0,0
Recursos Próprios Comunitários	41,9	40,1	23,7	23,6	10,3	-4,3	0,1	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	46,7	39,4	64,0	56,2	-27,7	-15,6	-0,2	-0,1
Capital	198,2	202,9	15,7	53,5	65,7	2,4	1,0	0,1
Venda de Bens de Investimento	5,6	-0,6	1,4	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	19,3	40,7	14,6	37,2	40,9	110,9	0,1	0,2
Administrações públicas	11,0	23,8	62,5	137,6	205,6	116,4	0,1	0,1
Exterior	1,1	16,7	1,0	18,1	-85,5	1.418,2	-0,1	0,2
Outros	7,2	0,2	-	-	188,0	-97,2	0,1	-0,1
Outras Receitas de Capital	40,1	2,3	7,5	56,1	-	-94,3	-	-0,4
Saldo da Gerência Anterior	133,2	160,5	68,4	94,7	-20,0	20,5	-0,4	0,3
Receita efetiva	**9.004,1**	**8.610,0**	**22,6**	**21,9**	**16,6**	**-4,4**		
Por memória:								
Ativos Financeiros	1,7	160,7						
Alienação de partes sociais de empresas	0,0	160,0						
Outros ativos	1,7	0,7						
Passivos Financeiros	20.996,3	27.145,8						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR), sendo provisórios até ao encerramento das respectivas Contas Gerais do Estado.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

Despesa do Estado - Classificação Económica

Despesa do Estado, por Classificação Económica (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)		*Por memória:* Despesa de anos anteriores	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Despesa corrente	**9.368,3**	**9.441,2**	**20,1**	**21,6**	**-4,0**	**0,8**	**-3,8**	**0,7**	**52,1**	**41,5**
Despesas com o pessoal	2.215,0	2.083,5	21,2	24,6	-8,2	-5,9	-1,9	-1,3	25,7	14,3
Remunerações Certas e Permanentes	1.706,9	1.629,7	21,6	25,2	-7,2	-4,5	-1,3	-0,8	5,9	3,4
Abonos Variáveis ou Eventuais	88,5	76,5	19,1	18,3	-13,0	-13,5	-0,1	-0,1	1,9	5,0
Segurança social	419,7	377,3	20,4	24,1	-11,2	-10,1	-0,5	-0,4	18,0	5,9
Aquisição de bens e serviços correntes	297,0	253,7	14,3	14,3	49,5	-14,6	1,0	-0,4	19,3	22,9
Juros e outros encargos	190,9	613,8	3,0	7,7	-17,7	221,5	-0,4	4,3		
Transferências correntes	6.484,9	6.335,0	24,5	26,1	-3,3	-2,3	-2,1	-1,5	6,8	3,9
Administrações Públicas	5.599,5	5.531,5	23,8	25,3	-2,9	-1,2	-1,6	-0,7	2,6	3,0
Administração Central	3.440,0	3.357,5	23,1	25,0	-3,0	-2,4	-1,0	-0,8		
Administração Regional	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-		
Administração Local	474,8	425,1	24,9	23,8	1,7	-10,5	0,1	-0,5	2,6	3,0
Segurança Social	1.684,6	1.749,0	24,9	26,4	-4,0	3,8	-0,7	0,6		
Outras transferências correntes	885,3	803,5	30,4	33,3	-5,4	-9,2	-0,5	-0,8	4,2	0,9
Subsídios	53,5	0,5	8,7	0,2	-38,6	-99,1	-0,3	-0,5		
Outras despesas correntes	127,0	154,7	17,8	17,6	5,2	21,8	0,1	0,3	0,3	0,4
Despesa corrente primária	**9.177,4**	**8.827,4**	**22,8**	**24,7**	**-3,6**	**-3,8**	**-3,4**	**-3,5**	**52,1**	**41,5**
Despesa de capital	**528,0**	**805,8**	**15,2**	**31,4**	**2,2**	**52,6**	**0,1**	**2,8**	**6,6**	**14,6**
Investimento	41,4	30,4	6,1	6,4	16,0	-26,5	0,1	-0,1	6,4	14,1
Transferências de capital	483,8	771,6	17,4	37,0	1,8	59,5	0,1	2,9	0,1	0,5
Administrações Públicas	440,3	717,9	24,2	36,2	-0,7	63,1	0,0	2,8	0,0	0,2
Administração Central	94,3	410,9	21,3	61,2	-13,4	335,9	-0,1	3,2		
Administração Regional	150,0	132,7	25,0	23,5	8,0	-11,5	0,1	-0,2		
Administração Local	195,4	174,2	25,3	23,5	-0,2	-10,8	0,0	-0,2	0,0	0,2
Segurança Social	0,6	0,0	9,5	-	-	-100,0	-	0,0		
Outras transferências de capital	43,6	53,7	4,5	54,9	37,1	23,2	0,1	0,1	0,1	0,3
Outras despesas de capital	2,8	3,8	15,8	38,4	-48,8	37,7	0,0	0,0	0,0	
Despesa primária	**9.705,4**	**9.633,2**	**22,2**	**25,2**	**-3,3**	**-0,7**	**-3,2**	**-0,7**	**58,7**	**56,1**
Despesa efetiva	**9.896,4**	**10.247,0**	**19,7**	**22,1**	**-3,6**	**3,5**			**58,7**	**56,1**
Por memória:										
Ativos financeiros	579,5	925,3								
Passivos financeiros	24.539,0	26.053,5								
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	0,0	760,0								

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Funcional

Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro a março)

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
Funções Gerais de Soberania	**1.289,0**	**1.253,2**	**13,0**	**12,2**
Serviços Gerais da Administração Pública	377,4	323,9	3,8	3,2
Defesa Nacional	333,7	319,4	3,4	3,1
Segurança e Ordem Públicas	577,8	609,9	5,8	6,0
Funções Sociais	**6.847,0**	**6.909,2**	**69,2**	**67,4**
Educação	1.793,4	1.672,2	18,1	16,3
Saúde	2.246,2	1.944,9	22,7	19,0
Segurança e Acção Sociais	2.690,9	2.896,8	27,2	28,3
Habitação e Serviços Colectivos	52,4	23,5	0,5	0,2
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	64,0	371,7	0,6	3,6
Funções Económicas	**166,2**	**153,6**	**1,7**	**1,5**
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	101,4	91,3	1,0	0,9
Indústria e Energia	0,0		0,0	
Transportes e Comunicações	24,7	31,1	0,2	0,3
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	40,1	31,3	0,4	0,3
Outras Funções	**1.594,2**	**1.931,0**	**16,1**	**18,8**
Operações da Dívida Pública	190,7	613,5	1,9	6,0
Transferências entre Administrações Públicas	1.403,6	1.317,5	14,2	12,9
Diversas não especificadas				
Despesa Efetiva	**9.896,4**	**10.247,0**	**100,0**	**100,0**
Por memória:				
Ativos financeiros	579,5	925,3		
Funções Gerais de Soberania	579,5	21,2		
Funções Sociais		0,3		
Funções Económicas		903,8		
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	24.539,0	26.813,5		
Outras Funções	24.539,0	26.813,5		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Económica (janeiro a março)

Milhões de Euros

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	**382,2**	**41,7**	**2.627,4**	**62,8**	**330,1**	**357,2**	**252,2**	**29,0**	**86,1**	**1.843,1**	**1.680,1**	**1.749,1**	**9.441,2**
Despesas com o pessoal	9,3	20,9	92,6	32,1	265,9	333,0	217,0	18,1	35,8	10,7	1.044,3	3,7	2.083,5
Remunerações Certas e Permanentes	7,8	17,5	73,3	18,8	169,5	237,4	170,0	14,7	29,7	9,1	878,7	3,1	1.629,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,3	0,3	5,0	10,0	18,3	16,6	18,0	0,6	0,6	0,3	6,3	0,1	76,5
Segurança social	1,2	3,1	14,3	3,2	78,0	78,9	28,9	2,7	5,5	1,3	159,4	0,5	377,3
Aquisição de bens e serviços correntes	0,5	3,3	103,5	7,7	61,0	19,7	32,8	3,6	4,8	2,8	13,5	0,5	253,7
Aquisição de bens	0,0	0,3	0,5	0,0	15,8	7,2	11,6	0,4	0,6	0,2	9,6	0,0	46,3
Aquisição de serviços	0,4	3,0	103,0	7,7	45,1	12,5	21,2	3,3	4,2	2,6	3,9	0,4	207,4
Juros e outros encargos	0,0	0,0	613,5			0,2		0,0	0,0	0,0			613,8
Transferências correntes	372,5	17,3	1.816,6	20,0	3,1	4,2	2,3	7,3	45,3	1.829,6	471,9	1.745,0	6.335,0
Administrações Públicas	372,3	13,1	1.149,6	7,8	1,6	3,6	1,1	7,0	43,6	1.829,2	357,6	1.744,9	5.531,5
Administração Central	23,5	13,1	1.148,6	7,8	1,6	3,1	1,1	7,0	43,6	1.829,2	278,7	0,1	3.357,5
Administração Regional													
Administração Local	348,8					0,5			0,1		75,7		425,1
Segurança Social			1,0								3,2	1.744,8	1.749,0
Outras transferências correntes	0,1	4,2	667,0	12,2	1,5	0,6	1,1	0,3	1,7	0,3	114,4	0,1	803,5
Subsídios		0,1	0,4										0,5
Outras despesas correntes	0,0	0,1	0,6	3,1	0,2	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	150,3		154,7
Despesa de capital	**307,3**	**2,6**	**400,2**	**0,1**	**4,9**	**1,3**	**1,4**	**8,0**	**25,2**	**0,7**	**54,2**	**0,0**	**805,8**
Investimento	0,0	1,1	0,2	0,1	4,9	1,0	1,4	0,1	11,5	0,0	10,3	0,0	30,4
Transferências de capital	307,3	1,5	400,0			0,3		7,9	13,7	0,6	40,1		771,6
Administrações Públicas	307,3	0,8	348,2			0,3		6,9	13,7	0,6	40,0		717,9
Administração Central	1,0	0,7	348,2			0,1		6,9	13,7	0,6	39,7		410,9
Administração Regional	132,7												132,7
Administração Local	173,6	0,1				0,2					0,3		174,2
Segurança Social													
Outras transferências de capital		0,8	51,8					1,0	0,0		0,1		53,7
Outras despesas de capital											3,8		3,8
Despesa efetiva	**689,6**	**44,2**	**3.027,6**	**62,9**	**335,0**	**358,6**	**253,6**	**37,0**	**111,3**	**1.843,7**	**1.734,3**	**1.749,2**	**10.247,0**
Por memória:													
Ativos financeiros			925,3										925,3
Passivos financeiros			26.053,5										26.053,5
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública			760,0										760,0

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classifica Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Ec

VH (%)

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	**-12,5**	**-26,3**	**19,8**	**-4,1**	**-6,5**	**4,8**	**2,1**	**-15,0**	**-6,5**	**-9,9**	**-7,6**	**3,8**	**0,8**
Despesas com o pessoal	-1,6	-10,7	-26,6	-10,4	-10,5	8,5	2,2	-8,6	-6,0	-8,5	-7,6	-16,2	-5,9
Remunerações Certas e Permanentes	-3,1	-10,5	-2,4	-7,5	-9,1	11,6	-3,1	-7,2	-5,8	-3,8	-7,4	-14,8	-4,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	-29,3	-56,0	-26,1	-16,1	-24,1	-2,4	-2,5	-34,5	-41,4	-28,8	-1,8	-38,2	-13,5
Segurança social	21,0	-1,3	-67,6	-7,8	-9,9	2,5	58,3	-8,2	-1,3	-28,0	-8,8	-17,6	-10,1
Aquisição de bens e serviços correntes	-7,9	-53,7	-27,3	-11,9	22,0	-7,0	-1,3	-11,2	-23,6	-68,4	-3,9	-19,8	-14,6
Aquisição de bens	-21,2	-85,4	-85,6	-69,8	-31,2	13,9	16,2	-17,3	-34,2	-71,6	5,9	-39,9	-17,5
Aquisição de serviços	-6,6	-41,0	-25,9	-11,2	67,3	-15,8	-8,8	-10,5	-21,7	-68,1	-21,7	-17,1	-13,9
Juros e outros encargos	113,5	-	221,4	-	-	3.665,3	-	-99,8	-42,9	97,5	-	-	221,5
Transferências correntes	-12,7	-30,8	8,1	14,5	-48,2	-66,3	44,4	-28,4	-4,5	-9,7	-14,4	3,8	-2,3
Administrações Públicas	-12,7	-21,9	14,4	-18,1	-22,3	-69,7	-	-28,4	-1,4	-9,6	-3,0	3,8	-1,2
Administração Central	-25,2	-21,9	14,8	-18,1	-22,3	-72,0	-	-28,4	-0,9	-9,6	-3,9	-71,9	-2,4
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-11,7	-	-	-	-	-34,9	-	-	-73,4	-	-3,7	-	-10,5
Segurança Social	-	-	-76,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3,8	3,8
Outras transferências correntes	1,1	-48,9	-1,3	53,5	-62,2	-5,0	-29,2	-28,8	-47,7	-61,1	-37,5	136,9	-9,2
Subsídios	-100,0	-94,1	-99,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-99,1
Outras despesas correntes	-17,9	83,9	27,3	-12,6	338,8	-91,2	67,1	-52,3	-31,6	20,6	22,9	-100,0	21,8
Despesa de capital	**-10,9**	**-31,5**	**982,1**	**-88,9**	**-72,9**	**-60,1**	**-22,5**	**-66,7**	**-29,7**	**-74,2**	**-2,3**	**-99,3**	**52,6**
Investimento	0,5	-41,9	-95,8	-88,9	-72,9	-57,0	-22,1	-48,0	3,1	-91,8	837,5	-90,8	-26,5
Transferências de capital	-10,9	-21,7	1.128,5	-	-	-67,3	-100,0	-66,8	-44,4	-73,9	-22,4	-100,0	59,5
Administrações Públicas	-10,9	16,9	-	-	-	-67,3	-	-53,6	-43,9	-73,9	-21,8	-100,0	63,1
Administração Central	-48,3	6,8	-	-	-	-59,7	-	-53,6	-43,4	-73,9	-20,6	-	335,9
Administração Regional	-11,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-11,5
Administração Local	-10,1	-	-	-	-	-70,8	-	-	-100,0	-	-72,6	-	-10,8
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-100,0	-100,0
Outras transferências de capital	-	-41,4	59,1	-	-	-	-100,0	-88,8	-91,1	-	-80,4	-	23,2
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37,7	-	37,7
Despesa efetiva	**-11,8**	**-26,6**	**35,8**	**-4,9**	**-9,7**	**4,2**	**1,9**	**-36,3**	**-13,0**	**-10,0**	**-7,4**	**3,7**	**3,5**
Por memória:													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pú													

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a março)

	2011	2012			2011	2012			2012	2011
	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA
	Milhões Euros	Milhões de Euros			Grau de Execução (%)	Grau de Execução (%)			VH %	Contrib. VH (pp)
Receita corrente	**5.156,8**	**5.373,9**	**527,6**	**5.880,5**	**21,6**	**25,1**	**19,6**	**24,5**	**4,2**	**3,8**
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-
Impostos indiretos	104,7	100,8	169,3	270,2	26,7	28,2	23,5	25,1	-3,7	-0,1
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	833,0	851,4	0,0	851,4	20,1	24,5	-	24,5	2,2	0,3
Taxas, Multas e Outras Penalidades	302,1	586,0	58,3	644,3	20,4	43,3	15,4	37,2	94,0	5,0
Transferências Correntes	3.760,1	3.637,1	153,8	3.761,2	22,8	24,2	20,2	23,9	-3,3	-2,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	3.629,8	3.510,4	100,5	3.581,2	22,8	24,5	19,8	24,3	-3,3	-2,1
União Europeia	92,9	88,1	51,7	139,8	20,2	16,1	21,3	17,7	-5,1	-0,1
Outras transferências	37,4	38,7	1,6	40,2	23,2	26,2	14,0	25,3	3,3	0,0
Outras Receitas Correntes	156,8	198,6	146,1	353,4	12,1	17,3	17,6	17,9	26,6	0,7
Receita de capital	**542,9**	**247,9**	**361,2**	**606,7**	**27,6**	**7,5**	**49,7**	**25,3**	**-54,3**	**-5,2**
Venda de bens de investimento	10,7	0,6	2,3	2,9	17,9	3,0	7,3	5,7	-94,6	-0,2
Transferências de capital	532,1	247,3	358,0	602,0	28,0	14,8	52,3	25,8	-53,5	-5,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	96,3	58,0	350,9	405,6	19,9	15,8	84,6	53,2	-39,8	-0,7
União Europeia	132,8	186,9	6,1	192,9	17,0	22,8	2,3	17,7	40,8	0,9
Outras transferências	303,0	2,4	1,0	3,4	47,5	0,5	100,0	0,7	-99,2	-5,3
Receita efetiva	**5.699,7**	**5.621,9**	**888,7**	**6.487,2**	**22,1**	**22,8**	**25,3**	**24,6**	**-1,4**	**-1,4**
Despesa corrente	**4.617,9**	**4.517,5**	**522,7**	**5.019,1**	**19,6**	**21,8**	**17,6**	**21,3**	**-2,2**	**-2,1**
Despesas com o pessoal	551,9	578,1	164,3	742,5	17,2	22,2	24,2	22,6	4,7	0,5
Aquisição de bens e serviços	1.810,7	1.667,9	142,7	1.810,7	21,3	22,2	16,9	21,6	-7,9	-3,0
Juros e outros encargos	2,4	9,1	120,5	129,6	7,3	31,3	10,7	11,2	282,4	0,1
Transferências correntes	2.142,2	2.179,2	3,3	2.182,5	19,4	22,4	11,9	22,6	1,7	0,8
Outros subsectores das Administrações Públicas	115,3	117,6	0,0	117,6	9,9	15,3	2,2	17,3	2,0	0,0
Outras transferências	2.026,9	2.061,6	3,3	2.064,9	20,6	23,0	12,7	23,0	1,7	0,7
Subsídios	103,6	53,7	6,2	59,8	15,2	8,6	21,1	9,1	-48,2	-1,0
Outras despesas correntes	7,1	29,4	85,6	94,1	5,3	17,6	32,2	21,6	314,8	0,5
Despesa de capital	**210,8**	**160,1**	**434,2**	**591,9**	**10,7**	**13,3**	**24,5**	**20,1**	**-24,1**	**-1,1**
Investimento	37,2	49,0	434,2	483,2	4,9	10,6	24,5	21,6	31,9	0,2
Transferências de capital	171,6	106,3	0,0	104,7	14,5	15,0	6,0	15,2	-38,1	-1,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	14,5	22,7	0,0	21,2	12,3	20,0	0,0	22,7	56,8	0,2
Outras transferências	157,1	83,6	0,0	83,6	14,8	14,0	6,2	14,0	-46,8	-1,5
Outras despesas de capital	2,0	4,8	0,0	4,0	6,8	16,9	-	13,7	136,3	0,1
Despesa efetiva	**4.828,7**	**4.677,6**	**956,9**	**5.611,1**	**18,9**	**21,4**	**20,2**	**21,1**	**-3,1**	**-3,1**
Saldo global	**871,0**	**944,2**	**-68,1**	**876,1**						
Por memória:										
Despesas de anos anteriores	587,9	527,3	209,0	736,2						
Despesa primária	4.826,3	4.668,5	836,4	5.481,5						
Saldo primário	873,4	953,3	52,3	1.005,7						
Saldo corrente	538,9	856,4	4,9	861,3						
Saldo de capital	332,0	87,8	-73,0	14,8						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	234,5	10,6	-16,3	-5,8						
dos quais Receitas de:										
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0						
Outros Ativos	379,3	1.216,9	16,3	1.233,2						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-1,8	-2,3	86,3	84,0						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	634,7	931,4	34,5	965,9						

Notas: As outras despesas correntes e outras despesas de capital estão influenciadas pelas diferenças de consolidação no subsetor.

Fonte: Ministério das Finanças

Organismos com execução orçamental em falta:

2011

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P e Hospital de S. Marcos - Braga

2012

Parups, S.A., Parvalorem, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turistico, Cinegetico e de Educação Ambiental, CIRPL

Programas Orçamentais -Administração Central

Execução dos Programas Orçamentais (janeiro a março) (1) **€ Milhões**

Designação	2012		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	2.958,9	716,3	24,2
Governação e Cultura	797,1	159,3	20,0
Finanças e Administração Pública	16.954,8	4.386,9	25,9
Gestão da Dívida Pública	8.062,5	635,2	7,9
Representação Externa	363,0	72,2	19,9
Defesa	2.131,9	364,6	17,1
Segurança Interna	1.987,1	379,0	19,1
Justiça	1.684,8	343,4	20,4
Economia e Emprego	4.388,5	824,2	18,8
Agricultura, Mar e Ambiente	2.053,7	249,6	12,2
Saúde	15.277,0	3.676,9	24,1
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.139,9	1.559,3	25,4
Ciência e Ensino Superior	3.333,0	745,8	22,4
Solidariedade e Segurança Social	6.912,6	1.806,8	26,1
Despesa efetiva	**73.044,8**	**15.919,4**	**21,8**

Nota: (1) Valores não consolidados

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro a março) — **€ Milhões**

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	5,9	1,8	-69,5	-0,2
Prestação de serviços	20,5	29,0	41,5	0,4
Próprio ano	4,9	10,5	114,3	0,3
Anos anteriores	15,6	18,5	18,6	0,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	2.024,3	1.826,2	-9,8	-9,5
Transferências correntes obtidas da Administração Local	3,4	4,7	38,2	0,1
Outros proveitos operacionais	2,4	1,8	-25,0	0,0
Próprio ano	1,1	1,3	18,2	0,0
Anos anteriores	1,3	0,5	-61,5	0,0
Proveitos e ganhos financeiros	0,0	0,1		0,0
Próprio ano	0,0	0,0		0,0
Anos anteriores	0,0	0,1		0,0
Outras receitas	26,8	24,1	-10,1	-0,1
Próprio ano (inclui rec. SNS)	26,6	23,8	-10,5	-0,1
Anos anteriores	0,2	0,3	50,0	0,0
Receita cobrada	**2.083,3**	**1.887,7**	**-9,4**	
Despesas com o pessoal	211,3	205,7	-2,7	-0,3
Compras	24,6	19,0	-22,8	-0,3
Fornecimentos e serviços	34,3	36,5	6,4	0,1
Subcontratos	1.749,6	1.671,1	-4,5	-3,8
Produtos vendidos em farmácias	343,7	335,7	-2,3	-0,4
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	168,5	147,0	-12,8	-1,0
Parcerias Público-Privadas	0,0	0,0		0,0
Outros subcontratos	100,9	132,0	30,8	1,5
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	1.136,5	1.056,4	-7,0	-3,9
Imobilizações	23,0	21,9	-4,8	-0,1
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	34,0	7,8	-77,1	-1,3
Despesa paga do ano e de anos anteriores	**2.076,8**	**1.962,0**	**-5,5**	
Saldo	**6,5**	**-74,3**		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Administração Regional

Execução Orçamental da Administração Regional — **€ Milhões**

	R. Autónoma dos Açores				R. Autónoma da Madeira				Administração Regional			
	Ano	março		VH (%)	Ano	março		VH (%)	Ano	março		VH (%)
	2011	2011	2012		2011	2011	2012		2011	2011	2012	
Receita corrente	**714,6**	**199,6**	**186,3**	**-6,7**	**1.015,9**	**208,7**	**192,3**	**-7,9**	**1.730,5**	**408,3**	**378,6**	**-7,3**
Impostos diretos	192,1	45,9	43,4	-5,4	258,8	47,0	44,0	-6,4	450,9	92,9	87,4	-5,9
dos quais:												
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	145,9	43,1	39,7	-7,9	183,0	39,5	37,3	-5,6	328,9	82,6	77,0	-6,8
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	46,1	2,8	3,7	32,1	72,0	7,5	6,7	-10,7	118,1	10,2	10,4	2,0
Impostos indiretos	309,8	67,7	60,3	-10,9	408,4	81,7	80,1	-2,0	718,1	149,3	140,4	-6,0
dos quais:												
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	193,0	42,7	38,9	-8,9	266,7	58,1	59,7	2,8	459,8	100,8	98,6	-2,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,8	1,1	0,9	-18,2	6,3	1,3	1,3	0,0	11,1	2,4	2,2	-8,3
Taxas, Multas e Outras Penalidades	18,5	3,7	4,6	24,3	24,9	4,3	7,0	62,8	43,4	8,0	11,6	45,0
Rendimentos da Propriedade	2,6	0,0	0,0	0,0	4,3	1,9	1,2	-36,8	6,9	1,9	1,2	-36,8
Transferências Correntes	167,1	76,7	73,4	-4,3	285,7	68,6	55,1	-19,7	452,7	145,3	128,5	-11,6
Administração Central - Estado	146,0	73,0	72,4	-0,8	242,2	60,4	51,3	-15,1	388,2	133,4	123,7	-7,3
Outros subsectores das AP	13,1	3,1	0,8	-74,2	16,0	1,3	0,8	-38,5	29,1	4,4	1,5	-65,9
Resto do mundo	7,4	0,6	0,0	-100,0	27,4	6,9	3,0	-56,5	34,8	7,5	3,0	-60,0
Outras transferências	0,6	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,3	0,0
Venda de bens e serviços correntes	15,3	3,2	2,9	-9,4	9,4	2,7	2,5	-7,4	24,7	5,9	5,4	-8,5
Reposições não abatidas nos pagamentos	2,3	0,9	0,6	-33,3	1,0	0,5	0,3	-40,0	3,3	1,3	0,9	-30,8
Outras receitas correntes	2,2	0,3	0,3	0,0	17,2	0,8	0,7	-12,5	19,4	1,1	1,0	-9,1
Receita de capital	**318,7**	**22,2**	**27,3**	**23,0**	**65,1**	**5,6**	**12,1**	**116,1**	**383,8**	**27,8**	**39,4**	**41,7**
Venda de Bens de Investimento	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,5	0,0	0,1	0,0
Transferências de Capital	318,2	22,1	27,1	22,6	64,7	5,6	12,0	114,3	383,0	27,7	39,2	41,5
Administração Central - Estado	206,2	14,9	9,5	-36,2	8,5	2,1	0,0	-100,0	214,7	17,0	9,5	-44,1
Outros subsectores das AP	0,4	0,0	0,0	0,0	4,6	0,1	1,2	1.100,0	4,9	0,1	1,2	1.100,0
Resto do mundo	111,6	7,2	17,7	145,8	51,6	3,3	10,8	227,3	163,2	10,5	28,5	171,4
Outras transferências	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0
Receita Efetiva	**1.033,3**	**221,8**	**213,6**	**-3,7**	**1.081,0**	**214,3**	**204,4**	**-4,6**	**2.114,3**	**436,1**	**418,0**	**-4,2**
Despesa Corrente	**860,2**	**170,8**	**187,0**	**9,5**	**945,4**	**196,3**	**188,0**	**-4,2**	**1.805,5**	**367,0**	**374,9**	**2,2**
Despesas com o pessoal	375,9	81,3	76,9	-5,4	390,0	88,8	80,8	-9,0	766,0	170,1	157,7	-7,3
Aquisição de bens e serviços	167,6	23,2	16,8	-27,6	179,8	36,1	26,8	-25,8	347,4	59,4	43,6	-26,6
Juros e outros encargos	13,6	4,6	7,7	67,4	43,1	11,0	13,1	19,1	56,7	15,6	20,7	32,7
Transferências	242,1	50,1	78,2	56,1	287,5	52,7	62,5	18,6	529,6	102,8	140,7	36,9
Subsectores das AP	7,3	0,1	3,3	3.200,0	0,5	0,1	0,1	0,0	7,8	0,2	3,3	1.550,0
Outras transferências	234,8	49,9	74,9	50,1	287,0	52,6	62,5	18,8	521,8	102,5	137,4	34,0
Subsídios	47,3	8,6	4,3	-50,0	25,4	3,9	1,2	-69,2	72,7	12,5	5,5	-56,0
Outras despesas correntes	13,6	3,0	3,0	0,0	19,6	3,8	3,6	-5,3	33,1	6,7	6,6	-1,5
Despesa de Capital	**196,3**	**29,7**	**17,1**	**-42,4**	**124,8**	**27,8**	**6,7**	**-75,9**	**321,1**	**57,5**	**23,7**	**-58,8**
Aquisição de bens de capital	88,5	8,9	2,5	-71,9	94,6	21,5	3,2	-85,1	183,1	30,4	5,7	-81,3
Transferências	107,4	20,7	14,5	-30,0	30,2	6,3	3,5	-44,4	137,6	27,0	18,0	-33,3
Subsectores das AP	14,1	1,7	0,8	-52,9	5,0	0,7	0,3	-57,1	19,1	2,4	1,1	-54,2
Outras transferências	93,3	18,9	13,7	-27,5	25,2	5,6	3,2	-42,9	118,5	24,6	16,9	-31,3
Outras despesas de capital	0,4	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,1	0,1	0,0
Despesa efetiva	**1.056,4**	**200,4**	**204,0**	**1,8**	**1.070,2**	**224,1**	**194,6**	**-13,2**	**2.126,6**	**424,5**	**398,7**	**-6,1**
Saldo global	**-23,2**	**21,4**	**9,5**		**10,9**	**-9,7**	**9,8**		**-12,3**	**11,6**	**19,3**	
Por memória:												
Despesa primária	1.042,9	195,8	196,4	0,3	1.027,0	213,1	181,6	-14,8	2.069,9	408,9	378,0	-7,6
Saldo primário	-9,6	26,0	17,2		54,0	1,2	22,9		44,4	27,2	40,0	
Saldo corrente	-145,6	28,8	-0,6		70,6	12,5	4,3		-75,0	41,3	3,7	
Saldo de capital	122,4	-7,4	10,2		-59,7	-22,2	5,5		62,7	-29,6	15,6	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,6	0,0	0,0		7,4	1,9	1,9		8,0	1,9	1,9	
dos quais Receitas de:												
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	-0,6	0,0	0,0		-1,5	-0,1	-0,1		-2,0	-0,2	-0,2	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	23,0	0,0	1,5		5,6	-15,4	26,3		28,6	-15,4	27,8	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-0,7	21,4	11,0		9,1	-27,0	34,2		8,4	-5,7	45,2	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Nota: Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR da Região Autónoma da Madeira

Administração Local

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a março) — **€ Milhões**

	Ano	Universo Real		Universo Comparável			
		I TR		I TR		VH (%)	Contrib. VH (%)
	2011	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**		
Receita corrente	**5.650,4**	**1.111,6**	**722,0**	**769,9**	**722,0**	**-6,2**	**-4,6**
Impostos diretos	2.112,7	247,2	135,1	158,8	135,1	-15,0	-2,3
Imposto Municipal sobre Transmissões	502,0	168,6	73,0	105,8	73,0	-31,0	-3,2
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.166,9	27,0	22,8	18,9	22,8	20,6	0,4
Imposto Municipal sobre Veículos	183,8	44,5	34,5	29,8	34,5	15,7	0,5
Derrama	251,7	5,0	4,3	3,0	4,3	44,2	0,1
Outros	8,4	2,1	0,4	1,3	0,4	-69,4	-0,1
Impostos indiretos	133,4	37,2	34,1	31,2	34,1	9,4	0,3
Taxas, Multas e Outras Penalidades	233,9	62,4	27,7	26,2	27,7	5,6	0,1
Rendimentos da Propriedade	258,5	59,2	37,3	49,3	37,3	-24,3	-1,2
Transferências Correntes	2.133,2	533,0	364,8	385,3	364,8	-5,3	-2,0
Lei das Finanças Locais	1.658,0	410,4	288,6	298,5	288,6	-3,3	-1,0
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.128,4	280,9	201,1	213,5	201,1	-5,8	-1,2
Fundo Social Municipal	153,3	38,8	26,8	29,5	26,8	-9,0	-0,3
Participação IRS	376,3	90,7	60,7	55,6	60,7	9,3	0,5
Outros subsectores das AP	421,7	108,3	65,0	77,6	65,0	-16,3	-1,2
Resto do mundo	23,4	3,9	4,5	2,9	4,5	56,7	0,2
Outras transferências	30,1	10,4	6,6	6,2	6,6	6,3	0,0
Venda de bens e serviços correntes	702,9	157,4	110,1	109,5	110,1	0,5	0,1
Reposições não abatidas nos pagamentos	13,2	2,5	2,7	1,8	2,7	52,3	0,1
Outras receitas correntes	62,8	12,6	10,2	7,8	10,2	30,4	0,2
Receita de capital	**1.619,2**	**345,9**	**259,7**	**265,8**	**259,7**	**-2,3**	**-0,6**
Venda de Bens de Investimento	84,1	11,9	9,7	7,0	9,7	37,7	0,3
Transferências de Capital	1.517,5	327,3	246,8	256,0	246,8	-3,6	-0,9
Lei das Finanças Locais	730,8	182,2	129,3	138,5	129,3	-6,7	-0,9
Fundo de Equilíbrio Financeiro	730,8	182,2	129,3	138,5	129,3	-6,7	-0,9
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros subsectores das AP	97,8	31,3	9,2	22,8	9,2	-59,6	-1,3
Resto do mundo	674,2	110,6	106,3	92,9	106,3	14,4	1,3
Outras transferências	14,8	3,2	2,0	1,8	2,0	13,7	0,0
Outras receitas de capital	17,6	6,7	3,2	2,8	3,2	13,7	0,0
Receita Efetiva	**7.269,7**	**1.457,5**	**981,6**	**1.035,7**	**981,6**	**-5,2**	**-5,2**
Despesa Corrente	**5.023,7**	**1.050,8**	**706,1**	**722,9**	**706,1**	**-2,3**	**-1,7**
Despesas com o pessoal	2.360,4	519,5	333,2	346,1	333,2	-3,7	-1,3
Aquisição de bens e serviços	1.786,4	351,5	255,2	252,1	255,2	1,3	0,3
Juros e outros encargos	140,7	22,8	23,1	16,9	23,1	36,2	0,6
Transferências	477,5	108,7	60,1	72,3	60,1	-17,0	-1,2
Subsectores das AP	219,3	52,1	26,8	34,8	26,8	-22,9	-0,8
Outras transferências	258,2	56,6	33,2	37,5	33,2	-11,5	-0,4
Subsídios	163,5	27,0	18,7	19,9	18,7	-6,4	-0,1
Outras despesas correntes	95,3	21,3	15,9	15,5	15,9	2,5	0,0
Despesa de Capital	**2.037,2**	**382,6**	**256,5**	**292,0**	**256,5**	**-12,2**	**-3,5**
Aquisição de bens de capital	1.665,8	314,7	213,6	242,0	213,6	-11,8	-2,8
Transferências	334,4	62,9	38,8	46,0	38,8	-15,6	-0,7
Subsectores das AP	145,0	29,8	16,8	21,2	16,8	-20,8	-0,4
Outras transferências	189,4	33,1	22,0	24,8	22,0	-11,2	-0,3
Outras despesas de capital	37,0	5,0	4,1	3,9	4,1	4,3	0,0
Despesa efetiva	**7.060,9**	**1.433,4**	**962,6**	**1.014,9**	**962,6**	**-5,2**	**-5,2**
Saldo global	**208,7**	**24,1**	**19,0**	**20,8**	**19,0**		
Por memória:							
Despesa primária	6.920,2	1.410,6	939,5	997,9	939,5	-5,9	
Saldo primário	349,4	46,9	42,1	37,8	42,1		
Saldo corrente	626,7	60,8	15,9	47,0	15,9		
Saldo de capital	-418,0	-36,7	3,1	-26,2	3,1		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	15,9	2,7	3,9	0,8	3,9		
dos quais Receitas de:							
Alienação de partes de Capital	-1,1	-0,6	0,0	-0,5	0,0		
Outros Ativos	-13,1	-0,5	-0,2	-0,5	-0,2		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-140,1	42,6	15,2	50,3	15,2		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	52,8	64,0	30,3	70,4	30,3		
Taxa de comparticip. financiam. comunitário	40,5%	35,1%	49,8%	38,4%	49,8%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIIAL.
Universo completo: 308 Municípios
2011 (Univ. Real)
jan-dez (Ano): 307 Mun; Faltosos: Alijó.
jan-mar: 308 Mun.
2012 (Univ. Real)
março: 234 Mun; Faltosos:

Águeda - Albufeira - Alcoutim - Alenquer - Alfândega da Fé - Alijó - Aljustrel - Almada - Amadora - Arcos de Valdevez - Arganil - Arruda dos Vinhos - Avis - Baião - Belmonte - Braga - Bragança - Cabeceiras de Basto - Calheta (São Jorge) - Câmara de Lobos - Caminha - Cartaxo - Castelo Branco - Crato - Espinho - Esposende - Estarreja - Faro - Figueira de Castelo Rodrigo - Freixo de Espada à Cinta - Fronteira - Gavião - Lagoa - Lagos - Lisboa - Loures - Mação - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mértola - Mira - Monforte - Montemor-o-Novo - Mortágua - Nelas - Oeiras - Paços de Ferreira - Palmela - Penafiel - Penela - Peso da Régua - Ponta Delgada - Ponte da Barca - Porto Santo - Redondo - Ribeira Brava - Santa Cruz - Santo Tirso - Sever do Vouga - Sines - Tabuaço - Tondela - Torres Novas - Torres Vedras - Trofa - Velas - Viana do Castelo - Vidigueira - Vila de Rei - Vila Flor - Vila Nova da Barquinha - Vila Verde - Vimioso - Vouzela.

2012 (Univ. Comparável)
março: 234 Mun; Faltosos:

Águeda - Albufeira - Alcoutim - Alenquer - Alfândega da Fé - Alijó - Aljustrel - Almada - Amadora - Arcos de Valdevez - Arganil - Arruda dos Vinhos - Avis - Baião - Belmonte - Braga - Bragança - Cabeceiras de Basto - Calheta (São Jorge) - Câmara de Lobos - Caminha - Cartaxo - Castelo Branco - Crato - Espinho - Esposende - Estarreja - Faro - Figueira de Castelo Rodrigo - Freixo de Espada à Cinta - Fronteira - Gavião - Lagoa - Lagos - Lisboa - Loures - Mação - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mértola - Mira - Monforte - Montemor-o-Novo - Mortágua - Nelas - Oeiras - Paços de Ferreira - Palmela - Penafiel - Penela - Peso da Régua - Ponta Delgada - Ponte da Barca - Porto Santo - Redondo - Ribeira Brava - Santa Cruz - Santo Tirso - Sever do Vouga - Sines - Tabuaço - Tondela - Torres Novas - Torres Vedras - Trofa - Velas - Viana do Castelo - Vidigueira - Vila de Rei - Vila Flor - Vila Nova da Barquinha - Vila Verde - Vimioso - Vouzela.

Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a março) — **€ Milhões**

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	
Receita corrente	**5.741,7**	**5.805,8**	**24,4**	**24,3**	**3,0**	**1,1**	**1,1**
Contribuições e quotizações	3.391,1	3.306,0	24,7	24,0	3,0	-2,5	-1,5
IVA Social	178,8	179,7	25,0	25,0	3,8	0,5	0,0
Transferências correntes da Administração Central	1.719,3	1.788,3	24,7	25,6	-4,1	4,0	1,2
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	1.680,3	1.614,3	25,0	25,0	-4,0	-3,9	-1,1
Transferências do Fundo Social Europeu	269,3	312,5	23,4	22,8	112,9	16,0	0,8
Outras receitas correntes	183,2	219,4	18,9	20,5	-2,6	19,8	0,6
Receita de capital	**2,0**	**0,6**	**29,9**	**2,2**	**439,8**	**-71,0**	**0,0**
Venda de Bens de Investimento	1,4	0,6	34,8	2,9	276,1	-58,4	0,0
Transferências do Orçamento de Estado	0,6	0,0	22,5	0,0	-	-100,0	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
Receita Efetiva	**5.743,7**	**5.806,4**	**24,4**	**24,3**	**3,1**	**1,1**	**1,1**
Despesa Corrente	**5.160,1**	**5.524,9**	**20,1**	**23,0**	**1,9**	**7,1**	**7,1**
Pensões	3.059,8	3.190,1	21,2	22,1	2,9	4,3	2,5
Sobrevivência	416,4	433,2	21,3	23,1	-3,9	4,0	0,3
Invalidez	303,5	305,5	21,7	22,5	-1,0	0,7	0,0
Velhice	2.338,6	2.450,4	21,1	21,9	4,7	4,8	2,2
Beneficiários dos antigos combatentes	1,2	1,0	0,0	3,3	152,6	-18,7	0,0
Pensão velhice do regime subsitutitvo Bancário	0,0	130,4	0,0	100,0	-	-	-
Subsídio familiar a crianças e jovens	185,3	177,7	27,5	27,1	-26,9	-4,1	-0,1
Subsídio por doença	119,0	113,4	26,4	26,6	15,0	-4,7	-0,1
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	522,1	640,3	24,8	31,3	-7,2	22,6	2,3
Complemento Solidário para Idosos	68,5	68,4	25,1	24,9	6,2	-0,1	0,0
Outras prestações	207,9	209,0	24,8	26,9	9,2	0,5	0,0
Ação social	379,6	370,8	24,4	20,0	1,7	-2,3	-0,2
Rendimento Social de Inserção	102,9	107,1	24,8	29,0	-28,0	4,1	0,1
Administração	73,5	63,4	21,8	18,4	-8,9	-13,8	-0,2
Outras despesas correntes	156,1	140,8	26,2	38,0	-13,5	-9,8	-0,3
dos quais:			0,0	0,0			
Transferências e subsídios correntes	156,1	140,8	26,2	24,2	-13,5	-9,8	-0,3
Ações de Formação Profissional	285,3	313,5	20,6	19,4	103,4	9,9	0,5
dos quais:			0,0	0,0			
Com suporte no Fundo Social Europeu	224,9	265,2	19,4	19,2	187,8	17,9	0,8
Despesa de Capital	**3,9**	**3,3**	**14,2**	**15,6**	**13,8**	**-16,2**	**0,0**
PIDDAC	0,3	0,0	12,0	0,0	-	-100,0	0,0
Outras	3,6	3,3	14,5	11,8	4,7	-8,9	0,0
Despesa efetiva	**5.164,0**	**5.528,2**	**22,3**	**23,4**	**1,9**	**7,1**	
Saldo global	**579,7**	**278,2**					
Por memória:							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	301,5	19,6					
Alienação de partes de Capital							
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	278,1	258,6					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Dívida não Financeira da Administração Pública

Contas a Pagar, da Administração Central, em final de março de 2012 — **€ Milhões**

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	0	2	2	1	3	0	2	2	0	1
Presidência do Conselho de Ministros	48	25	73	0	73	4	21	25	0	25
Finanças	4	16	20	5	25	1	8	10	5	15
Negócios Estrangeiros	4	39	43	0	43	0	0	0	0	0
Defesa Nacional	28	15	43	5	48	8	15	23	5	29
Administração Interna	30	9	39	12	51	20	7	27	12	39
Justiça	70	16	86	1	87	12	0	12	-1	11
Economia e Emprego	82	72	154	9	164	6	64	70	8	78
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	21	75	97	4	100	-6	-45	-50	1	-50
Saúde	9	0	9	0	9	8	0	8	0	8
Educação e Ciência	182	58	240	16	255	25	47	72	9	81
Solidariedade e Segurança Social	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1
TOTAL	**478**	**328**	**806**	**54**	**861**	**79**	**121**	**199**	**40**	**240**

Nota: valores provisórios. Definições de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Os dados incluem as empresas públicas reclassificadas da Adm. Central

Fonte: Ministério das Finanças

Contas a Pagar a Entidades fora das AP (Stock no final do período) — **€ Milhões**

Subsector	2012		
	janeiro	fevereiro	março
Administração Central	668	837	806
Administração Regional	2.047	2.058	2.101
Administração Local	-	-	-

Notas:

Os dados referentes à Administração Regional incluem apenas a Região Autónoma da Madeira;

Valores para a Administração Local relativos a 2012 não disponíveis.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) — **€ Milhões**

Subsector	2011	2012		
	dezembro	janeiro	fevereiro	março provisório
Administrações Públicas				
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	162	188	190	187
Subsector da Saúde	363	403	479	-
Entidades públicas reclassificadas	67	66	71	-
Administração Regional	1.158	1.642	1.654	1.304
Administração Local	1.601	1.207	1.220	-
Total	3.350	3.506	3.613	-
Total consolidado	3.248	3.393	3.498	-
Outras Entidades				
Empresas públicas não reclassificadas	18	10	17	-
Hospitais EPE	2.055	2.110	1.907	-
Administrações Públicas e outras entidades - Total	**5.322**	**5.513**	**5.422**	

Nota: Conceito de acordo com a definição da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012;

Os dados referentes a março de 2012 da Administração Regional incluem apenas a Região Autónoma da Madeira.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro a março) — **€ Milhões**

	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	
Receita corrente	**1.834,4**	**2.012,1**	**20,9**	**25,7**	**-2,7**	**9,7**	**8,3**
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	832,5	850,4	20,1	24,5	-0,4	2,1	0,8
Quotas e contribuições para a CGA	710,5	731,3	21,1	25,1	4,6	2,9	1,0
Compensação por pagamento de pensões	122,0	119,1	15,7	21,2	-22,0	-2,4	-0,8
Subsectores das Administrações Públicas	109,7	113,8	20,1	22,4	0,7	3,7	0,2
Outras entidades	12,2	5,2	5,3	10,1	-74,2	-57,2	-0,3
Transferências Correntes	998,5	1.147,7	22,3	27,2	-4,3	14,9	7,0
Orçamento do Estado	996,7	1.144,4	22,4	27,1	-4,3	14,8	6,9
Comparticipação do Orçamento do Estado	940,0	1.089,3	22,4	27,4	-5,1	15,9	7,0
Compensação por pagamento de pensões	56,7	55,1	22,7	22,4	9,5	-2,9	-0,1
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	36,2	39,4	21,7	22,9	0,1	8,8	0,1
Subvenções vitalícias	2,0	1,6	25,7	20,4	-18,6	-18,8	0,0
Pensões de preço de sangue	7,0	7,0	22,0	24,1	-2,4	0,0	0,0
Outras	11,6	7,1	26,4	19,1	89,9	-38,4	-0,2
Adicional ao IVA	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outras transferências correntes	1,8	3,3	10,0	47,1	22,1	84,9	-
Outras receitas correntes	3,4	14,0	2,0	9,4	-47,8	315,1	0,5
Receita de capital	**299,9**	**0,0**	**48,2**	**0,0**	-	**-**	-
Transferências de Capital	299,9	0,0	48,2	0,0	-	-	-
Outras entidades	299,9	0,0	48,2	0,0	-	-	-
Receita Efectiva	**2.134,3**	**2.012,1**	**22,7**	**24,2**	**13,2**	**-5,7**	**-5,7**
					-	-	
Despesa Corrente	**1.871,1**	**1.933,5**	**21,4**	**24,1**	**3,0**	**3,3**	**3,3**
Despesas com o pessoal	2,2	1,7	28,1	20,7	6,0	-21,6	0,0
Aquisição de bens e serviços	6,9	7,5	16,7	31,1	-19,2	8,4	0,0
Juros e outros encargos	0,4	0,1	1,7	3,2	-73,1	-62,1	0,0
Transferências	1.861,0	1.924,0	21,5	24,1	3,1	3,4	3,4
Pensões e abonos da responsabilidade de:					-	-	
Caixa Geral de Aposentações	1.678,1	1.735,1	21,5	24,2	5,1	3,4	3,0
Orçamento do Estado	50,5	51,9	20,9	21,8	-2,3	2,8	0,1
Outras entidades	132,3	136,8	21,2	24,4	-15,2	3,5	0,2
Outras transferências correntes	0,2	0,1	11,8	10,3	30,6	-12,3	-
Outras despesas correntes	0,6	0,2	25,2	6,2	79,7	-64,4	0,0
Despesa de Capital	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**	-	-	**-**
					-	-	
Despesa efectiva	**1.871,1**	**1.933,5**	**21,1**	**24,1**	**3,0**	**3,3**	**3,3**
Saldo global	**263,2**	**78,6**					
Por memória:							
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	208,5	-51,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	54,7	129,6					

Fonte: Ministério das Finanças

Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas		
2011												
março	368.060	75.259	137.262	1.028	580.581	3,4	-0,2	1,3	10,5	2,4	1.065,4	1,0
abril	369.377	75.202	137.387	1.046	581.966	3,5	-0,2	1,3	3,1	2,5	1.076,8	0,9
maio	370.735	75.122	137.484	928	583.341	3,7	-0,4	1,3	-4,5	2,6	1.071,9	1,2
junho	371.900	75.054	137.599	832	584.553	3,8	-0,5	1,1	-6,5	2,6	1.068,9	0,9
julho	372.999	75.071	137.790	780	585.860	3,7	-0,5	1,0	-7,8	2,5	2.083,4	1,0
agosto	373.734	75.049	138.030	794	586.813	3,7	-0,5	1,2	1,9	2,5	1.071,3	0,9
setembro	374.535	75.050	137.955	795	587.540	3,7	-0,4	1,0	-14,6	2,5	1.078,1	1,8
outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4
2012												
janeiro	378.477	75.381	138.644	912	592.502	3,3	0,1	1,1	-3,3	2,3	1.074,8	1,9
fevereiro	379.557	75.384	138.827	1.065	593.768	3,3	0,2	1,2	6,8	2,4	1.080,9	1,6
março	380.009	75.439	139.183	1.072	594.631	3,2	0,2	1,4	4,3	2,4	1.083,2	1,7

Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total			
2011									
março	929	53	203	256	256	1.697	-17,3	1.338	19,5
abril	1.183	80	317	184	542	2.306	26,9	1.146	0,3
maio	960	77	288	204	677	2.206	26,3	1.116	-3,4
junho	861	64	252	173	579	1.929	5,0	1.138	-4,9
julho	933	80	257	212	414	1.896	-3,0	1.188	0,3
agosto	858	49	198	97	305	1.507	-14,3	1.307	-2,9
setembro	902	59	238	139	259	1.597	7,0	1.399	10,4
outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1
2012									
janeiro	1.031	67	181	156	206	1.641	-34,3	1.483	9,1
fevereiro	1.437	58	223	131	299	2.148	13,1	1.479	-3,4
março	799	59	252	209	260	1.579	-7,0	1.312	-1,9

Subscritores

Número	VH (%)
579.220	-4,3
577.475	-4,1
575.707	-4,0
573.111	-4,4
571.391	-4,4
569.389	-4,5
565.374	-4,7
563.589	-4,7
561.570	-4,7
559.164	-4,6
556.738	-4,60
555.064	-4,50
n.d	

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Glossário

A

Ativos financeiros (receita) – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

Ativos financeiros (despesa) – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

Administrações Públicas – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

Bens e serviços correntes – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

Cativação (ou congelamento) - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.
A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

Contabilidade Pública (ótica da) - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Contribuição VH pp. - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

Despesa corrente primária - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efetiva
Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.
A forma de cálculo para os diversos subsetores das Administrações Públicas é a seguinte:
Estado - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das "transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública", "ativos financeiros" e "passivos financeiros";
Restantes subsetores - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos "ativos financeiros" e "passivos financeiros".

Despesa primária - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa com pessoal – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Dotação corrigida – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado – (em sentido estrito) Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsetor Estado corresponde ao conjunto dos "serviços integrados". O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsetores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

Execução orçamental – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

Glossário

F

Financiamento Nacional – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsetores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

Fundo Social Europeu (FSE) – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

G

Grau de execução – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos.

I

Impostos diretos – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

Impostos indiretos – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (vide Classificador Económico).

O

Outra despesa corrente – Despesa corrente que assume caráter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, "dotação Provisional", "impostos e taxas" etc.

P

Padrão de segurança da despesa - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

Passivos financeiros (receita) - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

Passivos financeiros (despesa) - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avales ou garantias (vide Classificador Económico).

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

Programa orçamental – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de caráter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

Q

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho do Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

Glossário

R

Receita consignada – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva
Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.
A forma de cálculo para os diversos subsetores das Administrações Públicas é a seguinte:
Estado - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos "ativos financeiros" e "passivos financeiros" (vide Classificador Económico);
Restantes subsetores - Toda a Receita, com exclusão dos "ativos financeiros", "passivos financeiros"e "saldos da gerência anterior".

Receita própria – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

Remunerações certas e permanentes – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um caráter certo e permanente.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (*vide* Classificador Económico).

Rubrica de classificação económica – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

S

Saldo Corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo Primário - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Saldo orçamental – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um caráter excecional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.
(*vide* artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda "Subsídios" as compensações provenientes das politicas ativas de emprego e formação profissional (*vide* Classificador Económico).

T

Transferências correntes – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (*vide* Classificador Económico).

Transferências de capital – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades recebedoras (*vide* Classificador Económico).

VH - Taxa de variação homóloga - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.